



**MUNICÍPIO DE ALMADA**  
**Assembleia Municipal**

16

**ATA N.º 20/XIII-1º/2021-25**

**1 -** Aos quinze dias do mês de setembro de dois mil e vinte e dois, pelas 21H15, no Auditório do Centro Cultural e Juvenil de Santo Amaro – Casa Amarela, sito na rua Professor Ruy Luís Gomes, no Laranjeiro, realizou-se a primeira reunião da Sessão Ordinária referente ao mês de setembro da Assembleia Municipal, com a seguinte Ordem de Trabalhos:

**1 -** Período de Intervenção dos Cidadãos;

**2 -** Período de Antes da Ordem do Dia;

**3 -** Período da Ordem do Dia:

**3.1 –** Apreciação e votação da Proposta da Câmara Municipal sobre o “Relatório de Monitorização da ORU da Costa da Caparica”;

**3.2 –** Apreciação e votação da Proposta da Câmara Municipal sobre a “Gestão de Ativos. “Núcleo Empresarial de Almada Velha”. NOVALMADAVELHA – Agência de Desenvolvimento Local. Comodato”;

**3.3 -** Apreciação e votação da Proposta da Câmara Municipal sobre o “Relatório semestral sobre as atividades desenvolvidas pelo Provedor Municipal”;

**3.4 -** Apreciação da Informação da Presidente da Câmara Municipal acerca da Atividade Municipal.

**2 –** Instalou-se a Mesa constituída pelo Presidente José Joaquim Leitão, pelo 1º Secretário Paulo Viegas e a 2ª Secretária Ana Paula Silva.

**3 –** Fez-se a chamada dos/as Senhores/as Deputados Municipais e foi verificado o quórum.

José Joaquim Machado Courinha Leitão (PS), João Luís Serranho Frazão Couvaneiro (PS), Ana Margarida Machado da Silva Lourenço (PS), Daniel Alexandre Teixeira da Silva (PS), Ivan da Costa Gonçalves (PS), Ana Paula Alves da Silva (PS), Sérgio Cantante Faria de Bastos (PS), Henrique Alexandre Margarido de Almeida (PS), Paulo Filipe Pereira Viegas (PS), André Macedo Soares Ferreira (PS), Marta Ferreira Cortez dos Santos (PS), Pedro Miguel Dias Rodrigues Pereira (PS), Ivo Filipe Esteves de Almeida (PS), José Alberto Azevedo Lourenço (CDU), Joaquim Estevão Miguel Judas (CDU), João Eduardo Alves de Moura Geraldes (CDU), Ana Luísa Abílio Rodrigues de Carvalho (CDU), Sónia Tchissole Pires da Silva (CDU), Luís Daniel Valverde Jacinto (CDU), António Francisco Salgueiro (PSD), Paula Maria de Oliveira Salvador Dias Coelho Galvão (PSD), José António Espírito Santo Rocha (BE), Karim Hassan Quintino (BE), João Pedro Guterres Peixoto Pereira (CHEGA), Nuno Alexandre Oliveira Mendes (CHEGA), Margarida Ramires Paulos (PAN), António Pedro Rodrigues do Livramento Maco (CDS-PP), Maria de Assis Beiramar Lopes de Almeida (PS), Sandra Cristina Pereira Mascarenhas Vieira Chaiça (PS), Pedro Miguel de Amorim Matias (PS), Luís Filipe Almeida Palma (CDU).

**4 –** Nos termos e para os efeitos do nº 3, do artigo 42º, do Regimento da Assembleia, registaram-se os seguintes procedimentos:

**4.1 –** O Senhor Presidente procedeu ao anúncio das comunicações dos/as Senhores/as Deputados/as Municipais Bruno Ramos Dias (CDU), Maria Rita Pereira Peixoto de Magalhães (CDU), Vasco Ramiro Rodrigues Gonçalves (CDU), Maria Amélia de Jesus Pardal (CDU); Beatriz Leal da Silva Brandão Ferreira (PSD), Inês Pezarat Correia Bom (BE) manifestando a impossibilidade de estarem presentes e solicitando a sua substituição.

**4.1.1 -** Nos termos legais e regimentais aplicáveis tomaram posse os/as eleitos/as António Paulo Júnior (CDU), António Manuel Cardoso Pombeiro (CDU) por impedimento de Andreia Sofia Egas, António Abrantes de Almeida, José Manuel Raposo Gonçalves e Eva Sofia Borges de Araújo Gomes (CDU), Paula Cristina Loureiro Coelho (CDU) por impedimento de António José Olaio da Silva, Maria Teresa Morato Silva Rodrigues Cardinho, Ricardo Antunes Rodrigues Martins Carneiro e Beatriz Pé-Curto Mendes (CDU); Luís Pedro Amado Pinto Durão (PSD); Fátima Maria Silva Nogueira Marras (BE), por impedimento de Pedro Miguel Celestino Pereira (BE).



## **MUNICÍPIO DE ALMADA**

### **Assembleia Municipal**

4.1.2 – O Senhor Presidente da Junta de Freguesia da Costa da Caparica, José Ricardo Dias Martins, solicitou a sua substituição pelo eleito João Ricardo Lourenço Quintino (PS).

4.1.3 – Feitas as substituições ao abrigo das disposições legais e regimentais, registou-se a falta justificada da Senhora Deputada Municipal Maria Amélia de Jesus Pardal (CDU).

4.2 – O Senhor Presidente comunicou ainda à Assembleia Municipal, tendo em conta a informação da Câmara Municipal a ausência da Senhora Vereadora Helena Manuela Gil Azinheira e da Senhora Vereadora Joana Rodrigues Mortágua.

4.3 – Relativamente aos Requerimentos dos/as Senhores/as Deputados/as Municipais dirigidos à Câmara Municipal, o Senhor Presidente informou que:

4.3.1 – O requerimento apresentado pelo Senhor Deputado Municipal João Eduardo Galdes (CDU) “Intervenção de reabilitação e requalificação do equipamento desportivo conhecido como Piscinas do Campo de São Paulo, em Almada”, enviado para a Câmara Municipal em 13/04/2022, foi respondido em 29/08/2022;

4.3.2 – O requerimento apresentado pelo Senhor Deputado Municipal João Eduardo Galdes (CDU) “Intervenção de reabilitação e requalificação da área envolvente ao antigo Edifício da EDP em Almada, incluindo o Mercado Municipal de Almada e a rua de Olivença”, enviado para a Câmara Municipal em 13/04/2022, foi respondido em 29/08/2022;

4.3.3 – O requerimento apresentado pelo Senhor Deputado Municipal Nuno Mendes (CHEGA) “Projeto de Regulamento Geral de Estacionamento, Paragem e Circulação na Via Pública”, enviado para a Câmara Municipal em 17/06/2022, foi respondido em 05/07/2022;

4.3.4 – O requerimento apresentado pelo Senhor Deputado Municipal Nuno Mendes (CHEGA) “Informação Conservação de Matas”, enviado para a Câmara Municipal em 17/06/2022, ainda não foi respondido;

4.3.5 – O requerimento apresentado pelo Senhor Deputado Municipal Nuno Mendes (CHEGA) “Informação Transpraia”, enviado para a Câmara Municipal em 17/06/2022, ainda não foi respondido;

4.3.6 – O requerimento apresentado pelo Senhor Deputado Municipal Nuno Mendes (CHEGA) “União de Saúde Familiar, Costa do Mar”, enviado para a Câmara Municipal em 17/06/2022, foi respondido em 05/07/2022;

4.3.7 – O requerimento apresentado pelo Senhor Deputado Municipal Nuno Mendes (CHEGA) “Clube Náutico de Almada”, enviado para a Câmara Municipal em 17/06/2022, ainda não foi respondido;

4.3.8 – O requerimento apresentado pelo Senhor Deputado Municipal Nuno Mendes (CHEGA) “Informações relativas ao Festival O Sol da Caparica, em todos os seus termos e atuações”, enviado para a Câmara Municipal em 18/08/2022, ainda não foi respondido;

4.3.9 – O requerimento apresentado pela Senhora Deputada Municipal Margarida Ramires Paulos (PAN) “Esclarecimentos sobre a abertura do Canil Municipal aos voluntários”, enviado para a Câmara Municipal em 01/06/2022, foi respondido em 05/07/2022;

4.3.10 – O requerimento apresentado pela Senhora Deputada Municipal Margarida Ramires Paulos (PAN) “Esclarecimentos sobre o projeto do pombal contracetivo”, enviado para a Câmara Municipal em 24/08/2022, ainda não foi respondido;

4.3.11 – O requerimento apresentado pela Senhora Deputada Municipal Margarida Ramires Paulos (PAN) “Esclarecimentos sobre terreno de Vale Flores”, enviado para a Câmara Municipal em 24/08/2022, ainda não foi respondido;



12

4.3.12 – O requerimento apresentado pela Senhora Deputada Municipal Margarida Ramires Paulos (PAN) “Esclarecimentos sobre a construção do Centro de Bem-Estar Animal”, enviado para a Câmara Municipal em 24/08/2022, ainda não foi respondido;

4.3.13 – O requerimento apresentado pelo Senhor Deputado Municipal António Pedro Maco (CDS-PP) “Implementação da Carris Metropolitana no Concelho de Almada”, enviado para a Câmara Municipal em 29/06/2022, ainda não foi respondido;

4.3.14 – O requerimento apresentado pelo Senhor Deputado Municipal António Pedro Maco (CDS-PP) “Horários e percursos da Carris Metropolitana no Concelho de Almada”, enviado para a Câmara Municipal em 05/07/2022, ainda não foi respondido;

4.3.15 – O requerimento apresentado pelo Senhor Deputado Municipal António Pedro Maco (CDS-PP) “Reservas de água e medidas da autarquia para minimizar os impactos da seca no Concelho de Almada”, enviado para a Câmara Municipal em 10/08/2022, ainda não foi respondido;

4.3.16 – O requerimento apresentado pelo Senhor Deputado Municipal António Pedro Maco (CDS-PP) “Caderno de encargos e despesas com o Festival O Sol da Caparica, edição 2022”, enviado para a Câmara Municipal em 16/08/2022, ainda não foi respondido;

4.3.17 – O requerimento apresentado pelo Senhor Deputado Municipal António Pedro Maco (CDS-PP) “Condições de segurança na edição 2022 do Festival O Sol da Caparica”, enviado para a Câmara Municipal em 19/08/2022, ainda não foi respondido;

4.3.18 – O requerimento apresentado pelo Senhor Deputado Municipal António Pedro Maco (CDS-PP) “Relatório de segurança na edição 2019 do Festival O Sol da Caparica”, enviado para a Câmara Municipal em 29/08/2022, ainda não foi respondido;

4.4 – Referiu ainda o Senhor Presidente da Assembleia Municipal a distribuição dos registos de expediente da Assembleia Municipal aos/as Senhores/as Deputados/as Municipais.

4.5 – Foram distribuídas atempadamente as Atas nº 14/XIII-1º/2021-25, 15/XIII-1º/2021-25, 16/XIII-1º/2021-25, 17/XIII-1º/2021-25, 18/XIII-1º/2021-25 e 19/XIII-1º/2021-25 e colocadas à votação, tendo sido aprovadas por unanimidade, e ratificadas as respetivas Minutas, nos termos do nº 2 e 3, do artigo 34º, do Código do Procedimento Administrativo.

**5 - Foi declarado aberto o Período de Intervenção dos Cidadãos.**

5.1 – Usaram da palavra os/as Senhores/as Múncipes João Carvalho, Rute Sousa, Adriano Malungo Kunzingami, Sindatche Pereira, Eva Domingos Júnior, e João Rocha.

5.1.1 – O Senhor Múncipe João Carvalho:

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

É a primeira vez que venho participar nesta Assembleia Municipal e não vou usar os meus cinco minutos.

Eu venho aqui apresentar a minha questão a esta Assembleia Municipal sobre a Gestão Urbanística, a Fiscalização e Proteção Civil que existe no Concelho, especificamente na parte da zona de Vale Mourelas/Feijó, porque há cerca de um ano, em julho de 2021, fiz uma exposição escrita diretamente à Câmara Municipal, Junta de Freguesia responsável que é a Junta da União de Freguesias Laranjeiro e Feijó e também à Empresa da Câmara Municipal a WEMOB, todos eles empurravam com a barriga uns para os outros, e passado um ano aconteceu uma coisa que por acaso, tenho muita pena que tenha acontecido, que foi um incêndio no dia 25 de agosto, na zona de Vale de Mourelas, entre a linha de ferro da Fertagus e a zona de moradias. Eu tentei após esse incêndio direcionar o meu email para os Vereadores que eu considereei serem responsáveis por esses pelouros, da Proteção Civil, Francisca Parreira e o Vereador do Urbanismo, José Pedro Ribeiro.



## MUNICÍPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

O que acontece é que depois de pagar os meus impostos, no final a resposta que eu tenho é que a responsabilização da Gestão Urbanística é da Senhora Presidente da Câmara Municipal. Foi o que me foi explicado.

E a parte da Proteção Civil, os investimentos estão feitos, para o ano vai haver uma limpeza de terrenos públicos, porque para os privados é obrigatório e é nosso o custo e para os públicos não é obrigatório, pelos vistos.”

### 5.1.2 – A Senhora Muniçipe Rute Sousa:

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

O primeiro assunto que me traz aqui, traz-me enquanto cidadã e também enquanto autarca na Charneca de Caparica há já nove anos. Eu tenho trinta anos e vivo há vinte seis anos na Charneca de Caparica. Quando eu fui para a Escola Secundária, eu levantava-me às 06H30 da manhã para conseguir estar na Escola de Cacilhas Tejo às 08H15. Fazia o percurso a pé, sem luz e à chuva. E passados estes anos todos, o problema só piorou. Piorou porque agora em vez de ir à chuva e sem luz, os miúdos vão à chuva e sem luz esperar por um autocarro que nunca vem. Estranho como é que isto acontece e nas últimas intervenções que eu tenho ouvido a culpa parece que é sempre do operador, mas eu recordo aqui uma publicação de agosto de 2021, que a Senhora Presidente da Câmara Municipal dizia que estas novas carreiras eram fruto de um grande planeamento da Câmara Municipal de Almada. Eu gostava de saber que tipo de planeamento é este, porque hoje às 08H15 da manhã, na Charneca de Caparica, eu assisti às crianças a não terem autocarros para irem para a escola.

Mais, gostava de perceber que género de planeamento é este em que a maioria das carreiras nem sequer tem cobertura. Vai começar o inverno e os miúdos não têm como se abrigar. E depois, as carreiras têm coisas extraordinárias como: não há carreiras suficientes, mas há carreiras em ruas, por exemplo, como a rua da Paz nas Quintinhas, em que deve ser a única rua em que as crianças ainda brincam com carrinhos de rolamentos, porque não passam carros. Portanto, calculo que o autocarro que ali passa deva ser para levar o vento, porque crianças não é com certeza.

O segundo assunto que me trouxe aqui, é no seguimento da última reunião de Câmara Municipal, em que pegando nas palavras que foram proferidas, de facto eu acho que chegamos à Silly Season, e chegamos à Silly Season quando temos o nome de Almada nos jornais todos do país e é dito por membros do executivo, que os jornais é que aumentaram as histórias sobre O Sol da Caparica. Eu como cidadã de Almada tive vergonha daquilo que li. Tive vergonha de chegar a um Festival e ouvir as pessoas, trabalhadores dizerem que foram maltratados, dizerem que foram mandados “ir chupar isto, aquilo e a aqueloutro”, ver vídeos que estão na Internet e quem duvidar eu tenho aqui, é no Instagram, é no TIK TOK, é em todos, em que há alturas em que caem as baias, as pessoas a caírem umas por cima das outras, temos uma tenda que teve que ser fechada e não foi por causa dos exaustores, foi porque o palco abanava e não era seguro, eu vi os vídeos e vi os vídeos dos managers dos cantores que lá estavam, e ainda me preocupa mais quando é relativizado, o facto de uma banda nacional ter de ser escoltada fora do recinto pela RTP, porque iam levar porrada. E a resposta deste executivo é: “O Festival correu muito bem e foi superada programação”. Pois eu tenho-vos a dizer que o ser superada programação não quer dizer nada, porque podiam ser trinta e nove bandas como foram como podiam ser sessenta. Foi uma vergonha. Foi uma vergonha para este Concelho aquilo que se passou. E a Câmara Municipal é que tem culpa, não são os promotores que vêm, porque a Câmara Municipal devia ter fiscalizado o que ali se passou. E gostava de perceber como é que um Festival que era um bom festival e concorria de facto, com os melhores festivais do país, hoje, é motivo de chacota pelos outros, e quando o investimento da Câmara Municipal é superior, porque começou por ter 70.000.00€ (setenta mil euros) e agora eu tenho aqui no portal GOV em que há adjudicações diretas a ultrapassar os 159.000.00€ (cento e cinquenta e nove mil euros). Portanto, há um maior investimento da Câmara Municipal e o Festival piora cada vez mais, e a seguir o que é que este executivo diz? “O Festival foi espetacular, não há problema nenhum, a programação foi cumprida, os jornalistas é que estão a empolar a situação, isto é a Silly Season”. O que eu acho que é a Silly Season é de facto a resposta deste executivo aquilo que se passou. Porque mais uma vez digo-vos, eu como almadense tive vergonha.



A seguir estive em dois ou três festivais a trabalhar e aquilo que foi dito, estive a trabalhar sabe porquê? Porque ao contrário de muitos que estão aqui, que não querem ver a realidade, eu trabalho e trabalho há muitos anos, muito antes de o Festival Sol da Caparica ser deste promotor, e trabalho como manager de comunicação de muitos artistas, mas não tem problema nenhum, porque os “há,s” que vêm do público, podem ser todos vistos, é fácil vão às redes sociais e veem aquilo que se passou, só não vê quem não quiser ver, só não vê quem acha que é normal mandar chupar não sei o quê, pessoas a cair, pessoas a serem intervencionadas e está tudo bem, está tudo espetacular. E gostava também de perceber como é que a resposta pode ser o facto de, já haver cinco ou seis artistas contratados para 2023, já haver adjudicação de fornecedores, quando aquilo que foi dito aos jornais foi que se ia fazer uma avaliação. Para que é que vão fazer a avaliação se já está a ser tudo contratado para 2023? Essa avaliação vai ser para quê?”

**5.1.3 – O Senhor Município Adriano Kunzingami:**

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Chamo-me Adriano Kunzingami, sou morador do 2º Torrão desde 2010, a minha casa está em cima da Vala, mas não fui incluído no processo de realojamento.

A 14 de junho, enviei um email para a Divisão de Habitação, expondo a minha situação, alertado para o facto de os meus vizinhos terem sido convocados para reuniões com a Câmara Municipal para iniciarem o seu processo de realojamento, mas que eu e a minha família não fomos incluídos, até hoje não tive resposta ao meu email. Para meu desespero recebi em julho uma notificação de despejo com o meu nome, dizendo que tenho de abandonar a minha casa até dia 30 de setembro.

Sou pai de duas crianças pequenas e temos toda a autorização de residência válida apesar de terem nascido aqui em Portugal. Os meus filhos estudam no Agrupamento de Escolas da Trafaria e começaram agora o novo ano letivo.

Tenho uma incapacitação da perna para o resto da minha vida, tenho contrato de trabalho, trabalho numa empresa e, Lisboa, mas trabalho a partir de casa a fazer teletrabalho.

Quando falei com a Câmara Municipal ao telefone, disseram-me que eu não tinha direito a habitação porque não me encontrava na casa quando lá foram e porque não consideravam que a minha casa não tivesse condições de habitação, no Bairro do 2º Torrão, nenhuma casa tem condições de habitação. A minha casa tem atribuído o número de registo desde 2010, e agora recebi uma carta de despejo em meu nome, o que significa que consta nos registos da Câmara Municipal. Estou em risco de ir para rua, perder o meu emprego, a segurança dos meus filhos, não tenho nenhuma resposta oficial aos meus pedidos de ajuda. E não faço ideia do que é que vai ser de mim e da minha família depois do dia 30 de setembro.

Venho hoje apelar à vossa consciência humana sobre a situação desesperante em que eu estou a colocar a minha família. Segundo a ONU e cito: “A Convenção Internacional sobre a eliminação de todas as formas de discriminação racial, proíbe e obriga a todos os Estados partes a acabarem com todas as formas de discriminação racial no que toca entre outros o gozo do direito à habitação, artigo 5º. Nos termos da Convenção sobre os Direitos da Criança, o artigo 27º, os Estados Partes concordam em adotar medidas adequadas para auxiliarem os pais e outros responsáveis pelas crianças, ao tornar efetivo o direito de todas as crianças com um padrão de vida apropriado ao seu desenvolvimento físico, mental, espiritual, moral e social.

Também concorde em fornecer em caso de necessidade ajuda material e programa de apoio no que concerne nutrição, vestuário e habitação.”

**5.1.4 – A Senhora Município Sindatche Pereira:**

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Eu chamo-me Sindatche Pereira, sou moradora no Bairro do 2º Torrão e a minha casa está em cima da Vala. O nosso realojamento só foi iniciado no dia 10 de agosto, onde nos atribuíram um T2. Na minha casa vivem sete pessoas, a minha irmã e as três crianças incluindo a minha mãe e o meu marido. As crianças estudam na Trafaria



## MUNICÍPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

e foram excluídas do realojamento com a justificação de apenas terem um passaporte. Estou grávida de sete meses e foi-me dito que o meu bebé também não está incluído no realojamento. Eu sinto-me humilhada, triste, dececionada. Eu não queria ter de passar por isso, é a primeira vez que eu vou ser mãe, o meu filho não merece isso. Ele é um bebé. Eu estou aqui para pedir à Senhora Presidente, como mãe, ela devia me entender, porque a nossa preocupação é muito grande, eu fiquei dias sem comer, sem dormir e a minha mãe ficou desesperada, ela tem tensão alta. Além disso, estamos em risco de perder todos os nossos bens, e que nos foi dito na reunião que iríamos para um pavilhão. Vimos pedir a vossa ajuda e apelar ao vosso bom senso.”

### 5.1.5 – A Senhora Múncipe Eva Domingos Júnior:

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

O meu nome é Eva Júnior, sou moradora do 2º Torrão e a minha casa fica por cima da Vala.

Em junho deste ano, estive aqui na reunião da Assembleia Municipal onde o meu marido expôs a nossa situação. O processo de realojamento urgente do Bairro já tinha sido iniciado, onde o nosso vizinho tinha sido incluído, mas nós não. Na altura viemos aqui expor a nossa situação e pedir que nos explicassem porque é que tínhamos sido excluídos. A seguir em julho, tive uma reunião com a Senhora Presidente da Junta de Freguesia da Trafaria e com o Vereador da habitação, onde expusemos pela segunda vez a nossa preocupação. Por saber que estávamos em cima da Vala e mesmo assim continuávamos excluídos do realojamento. Foi-me assegurado pelo Vereador, que só quem estava num perímetro de dez metros da Vala, é que estaria em risco e seria realojado. Apesar de termos dito que, a nossa casa encontrava-se dentro dos perímetros, acreditei de boa fé que não estávamos em risco. A 15 de julho, os meus vizinhos receberam uma notificação de despejo, dizendo que todas as habitações entre os dois arruamentos estariam em risco de colapso e não mencionaram nenhum perímetro. Voltamos a ficar preocupados, enviamos um email ao Vereador da habitação, pedindo que nos garantisse por escrito que a nossa habitação não estava em risco, tal como nos tinha sido dito verbalmente. Até hoje nunca recebemos a resposta ao email. A 6 de agosto, somos convocados para uma reunião no dia 10 de agosto, com a equipa de habitação, onde nos foi exigido por escrito, que entregássemos os códigos pessoais de acesso às finanças e segurança social, sem que nos fosse dito na mesma carta para que seriam os códigos. Na reunião de 10 de agosto, foi então iniciado o processo de realojamento, dois meses depois dos restantes moradores, e que tínhamos de ajudar a Câmara Municipal a procurar a casa, o meu marido encontrou uma casa para arrendamento que se enquadrava nos padrões exigidos pelo IHRU, e quando ele ligou para o número que nos deram, disseram-nos que nem sequer somos prioridade, pois não estava aberto ainda o realojamento de quem iniciou o processo em agosto. Na semana passada dia 8 de setembro, recebemos uma notificação de despejo, exigindo que eu e a minha família, desocupássemos a nossa habitação até 30 de setembro.

Em resumo, desde o momento em que soubemos que aí haver realojamento procuramos informações, viemos aqui de forma pública, foi-nos garantido que nós estávamos na zona de risco, dois meses depois recebemos a notificação de que estamos na zona de risco e com apenas vinte e dois dias para que a data da saída e o dia em que hoje dizem que não somos prioridade para o realojamento, expliquem-me, para onde vamos, quando, de que forma e o que vai acontecer aos nossos bens que lutamos a vida toda para ter? Os Senhores não têm noção do que é viver uma pressão emocional, eu tenho uma criança de sete anos que me pergunta todos os dias: “mãe afinal vamos viver onde? É verdade que vamos para uma tenda? Os Senhores não sabem o que é ter uma data para deixar a casa onde viveu durante anos, criou um lar com filhos e hoje eu ver que depois de 22 dias tem que abandonar a casa sem saber para onde vai e o que vai levar e com crianças a estudarem. Nós temos um trabalho, nós temos filhos na escola, como é que fica esta situação? Eu gostaria de uma resposta por favor, aos órgãos de direito.”

### 5.1.6 – O Senhor Múncipe João Rocha:

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Congratulo-me, por constatar que, recentemente foram asfaltadas várias ruas na Vila da Sobreda, nomeadamente: a Rua do Povo, Quinta do Salgado, Liberdade, Jaime Ferreira Dias e Agostinho Neto,



respetivamente, estando também previsto, para o próximo mês de outubro, o início das obras de requalificação de toda a zona da Sobreda Velha, de modo a que duas viaturas possam circular em simultânea nas mesmas, sem colocarem em perigo os transeuntes, como acontece presentemente com a Rua Petrónio Amor de Barros, cujos passeios são parciais em toda esta rua, sendo também o eixo central desta vila, em relação à rua Jaime Cortesão, onde apenas pode circular uma viatura (costuma-se dizer “paras tu ou sigo eu”), situações desta natureza, são inaceitáveis em pleno século XXI.

Quero também acrescentar que, no cruzamento das Quintinhas, sendo este considerada a local, onde ocorreram mais acidentes neste Concelho, no passada recente, todos eles originados pela falta de uma simples rotunda, constatando-se que durante de mais de 4 décadas, as outros executivos cessantes, nunca demonstraram vontade política, para a resolução desta situação, tendo apenas colocado alguns pilaretes, neste cruzamento/entroncamento, em vez de fazerem uma rotunda, cujo o atual executivo, logo no início do seu primeiro mandato, lançou mãos a obra tendo construído essa mesma rotunda.

Face a construção desta rotunda (Quintinhas), bem como a da Quinta do Modelo, ambas originaram uma redução bastante significativa de acidentes, mesmo com o fluxo de trânsito a aumentar gradualmente, estas proporcionaram atualmente excelentes condições de segurança para os transeuntes e motoristas.

Todavia, a asfaltamento efetuado recentemente, de várias ruas limítrofes destas rotundas, também proporcionam aos residentes - vulgo Quintinhas, Marisol e Aroeira, uma maior segurança, bem como o acesso a A33, nas imediações da Quinta da Queimada.

Saliento ainda que, a Rua Quinta da Madalena, Rua Marco Cabaço, Rua Mário Casimiro, também já foram asfaltadas, sendo um sonho antigo dos Charnequenses/Sobredenses que finalmente se concretizou, circulando-se entre a Sobreda e a Charneca com todas as ruas asfaltadas, pelo atual executivo.

No entanto, não podia deixar passar esta oportunidade, sem agradecer à Senhora Presidente da Câmara Municipal - Inês Medeiros, Vereador do Urbanismo - Dr. Jose Pedro Ribeiro e Presidente desta União de Freguesias – Pedro Matias, pela excelente obra relacionada com a remodelação efetuada no Jardim de Infância do Alto do Índio, pelo facto daquele, não possuir as condições mínimas de segurança, em virtude do mesmo estar suportado com barrotes de madeira, durante já algum tempo, sendo também o estado de degradação deste, um perigo constante para aquelas 60 (sessenta), crianças que, o frequentavam diariamente, tendo sido a sua inauguração, no passado dia 7 do mês em curso.

Termino, transmitindo a todos os Responsáveis das Augis, que o atual Executivo, sempre demonstrou vontade política, para a resolução deste flagelo, como são o caso das “Augis”, sediadas na área de jurisdição deste Município, tendo sido criado inclusive um Regularmente e Gabinete de Apoio, para esse efeito.”

5.2 - Em resposta aos Senhores Múncipes, prestando esclarecimentos e informações, usaram da palavra a Senhora Vereadora Francisca Parreira, o Senhor Vereador Filipe Pacheco, os Senhores Deputados Municipais Nuno Alexandre Mendes (CHEGA), António Pedro Maco (CDS-PP), José António Rocha (BE) e a Senhora Presidente da Câmara Municipal.

5.2.1 – A Senhora Vereadora Francisca Parreira:

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Dar nota relativamente às questões que aqui foram deixadas e cujo o contexto é o recente incêndio de Vale Mourelos, que a questão concreta foi respondida ao nosso município, aliás, ele terá dito aqui, que terá enviado informação ao Serviço Municipal de Proteção Civil e as suas questões foram esclarecidas. Isto é motivo naturalmente de regozijo saber que, os Serviços estão a responder em tempo útil às preocupações dos nossos municípios.

Acresce que, a situação de Vale Mourelos, é uma situação transversal em termos da prevenção e da segurança, em alguns locais e localidades do nosso Concelho. Temos que separar o que é do domínio público do domínio privado. E são dois momentos de intervenção.



## MUNICÍPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

Relativamente aos territórios que são do domínio municipal, a Câmara Municipal tem neste momento um plano de desmatção e de gestão de combustível, que é assegurado pelo Serviço Municipal de Proteção Civil e pelos Sapadores Florestais. Há um plano anual que é cumprido e é cumprido ainda antes da época do DECIR e do início dos incêndios florestais. A área de que o nosso munícipe fala, é uma área que temos tido em atenção, mas que ainda assim é do domínio privado. Ela conflua e está junto a aglomerado urbano, mas os terrenos que ali estão em consideração, são terrenos do domínio privado e a responsabilidade da gestão daquele combustível e da desmatção, é do privado. E, portanto, aí intervém um outro serviço da Câmara Municipal que não o Serviço Municipal de Proteção Civil que de qualquer maneira analisa a área em termos do risco e da prevenção e intervém um outro serviço que está também sob a minha área da tutela que é o serviço de Fiscalização, notificando os proprietários e ordenando os devidos processos de contraordenação para aqueles que em tempo que não útil não fazem a limpeza dos terrenos.

Neste momento estamos naturalmente a avaliar tudo o que é área sensível em que os privados não fazem desmatção ou gestão de combustível para podermos avaliar também se no próximo plano de intervenção, podemos ou não incluir todos os terrenos do domínio privado que precisam de ser limpos, sendo certo que há um processo legal e administrativo, que tem que ser tomado em consideração nomeadamente, a posse administrativa desses terrenos que são privados, para podermos intervir e entrar neles e fazer a limpeza que corresponde ao privado.”

### 5.2.2 – O Senhor Vereador Filipe Pacheco:

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Respondendo às três questões que me foram colocadas relativamente ao realojamento da Vala do 2º Torrão, eu gostava de dizer uma primeira coisa que é: a Câmara Municipal não escolheu realojar-vos até à data 30 de setembro. Portanto, este processo de realojamento, resulta de uma situação de urgência, resulta daquilo que foi um relatório da Proteção Civil, que indica que há uma situação de perigo eminente, ou seja, há uma situação de urgência, que a partir do dia 30 de setembro, passa a ser uma situação de emergência. E, portanto, é neste contexto que aparece esta data, isto é muito importante.

Respondendo concretamente ao Senhor Munícipe Adriano Kunzingami. Eu penso que a construção de que fala é a construção número 309, o seu agregado familiar não está considerado para realojamento por uma situação muito simples, porque nesta construção segundo informação que eu tenho e eventualmente até teve um incêndio, portanto, a construção neste momento não é sequer uma construção, ela tem um número associado porque era já uma construção antiga, mas ela neste momento nem sequer tem telhado ou paredes. Portanto, é impossível que seja considerada construção, é impossível que alguém lá more e, portanto, em todos os levantamentos e naquilo que foi a atualização dos levantamentos, esta é a informação que dispomos.

Relativamente à Senhora Munícipe Sindatche Pereira, a informação que eu tenho, é que se trata da construção número 297, e que o seu agregado familiar está contemplado para o processo de realojamento, e, portanto, eu não consegui perceber algumas das críticas ou pelo menos que algum do contexto que apresentaram, porque de facto, é importante perceber uma coisa e eu penso que todos os Senhores Deputados Municipais sabem, que é, existiu um primeiro relatório da Proteção Civil, ao qual houve uma adenda durante o mês de agosto, assim que houve esta adenda, ou seja, nova informação produzida pela Proteção Civil, que identificou construções adicionais como estando em perigo potencial, de facto, elas não estavam em perigo, não estavam sobre a Vala sequer, mas por via de serem contíguas a construções que estão sobre a Vala, por questões de precaução adicional, foram consideradas, e por isso a partir desse momento, a Câmara Municipal entendeu por bem, considerar também estas pessoas, considerar o pior cenário e, portanto, considerar estes catorze agregados familiares adicionais para realojamento. E por isso é que a partir de agosto, foram contactados diretamente pelos serviços da Câmara Municipal, foi feita com todos os agregados familiares eu penso que confirmam aquilo que estou a dizer, uma reunião individual com cada um de vocês, tem sido continuamente prestada toda a informação e mantidos canais abertos com a Câmara Municipal. Há uma Comissão de acompanhamento composta por técnicos de várias divisões da Câmara Municipal que continuamente muitas vezes, quase todos



os dias têm estado no terreno, vocês confirmam isto. E, portanto, é este que tem sido o acompanhamento dado pela Câmara Municipal.

Concretamente sobre a questão que eu acho que me colocou que era esse o problema, daquilo que era a adequação da tipologia ao seu agregado familiar, de facto, todos os levantamentos que temos tido que são realizados desde 2020, e têm sido periodicamente e ciclicamente atualizados até maio de 2022, a informação que temos, era de que o agregado familiar que ali residia, tinha uma tipologia adequada ao T2. Portanto, se me diz que, entretanto, a sua irmã também está lá, não era essa a informação que tínhamos e, portanto, não será contabilizado para o agregado familiar. Os agregados familiares foram atualizados à data em que houve uma candidatura ao Programa “Porta de Entrada” do IHRU e, portanto, não haverá novas atualizações dos agregados familiares, os agregados familiares considerados são aqueles que estavam à data da última atualização, portanto das listagens que foi desde 2020 até maio de 2022, continuamente atualizada, ciclicamente confirmada, e mesmo depois da listagem fechada, houve confirmações durante mais de um mês para garantir porque a listagem era robusta e estava blindada a eventuais erros.

Respondendo à Senhora Múncipe Eva Júnior. De facto, estamos a falar da construção nº 326 e aqui o agregado familiar está contemplado para processo de realojamento, e, portanto, a todo o momento será considerada neste processo.

Dizer uma última coisa, dizer aquilo que é o compromisso da Câmara Municipal.

A Câmara Municipal de Almada, compromete-se até ao dia 30 de setembro, de apresentar uma solução de realojamento a cada agregado familiar ilegível. É este o compromisso. Nós temos sentido no terreno e temos visto muitas vezes as famílias até a rejeitar soluções que a Câmara Municipal propõe, a Câmara Municipal não se pode substituir à autonomia das pessoas. E, portanto, aquilo que é o compromisso da Câmara Municipal é de apresentar uma solução de realojamento a cada agregado familiar ilegível.

Penso que esclareci as questões que me colocaram.”

5.2.3 – A Senhora Presidente da Câmara Municipal:

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Em primeiro lugar ainda sobre esta matéria das habitações sobre a vala do 2º Torrão. Importa lembrar que nós estamos a falar de um realojamento de urgência, não estamos a falar de realojamento permanente. Sendo que, já vai para adjudicação na próxima reunião da Câmara Municipal, que é na próxima segunda-feira, a adjudicação do projeto dos 95 (noventa e cinco) fogos, aí sim, para realojamento permanente.

Portanto, eu percebo muito bem a angústia das pessoas, que de facto, estão numa casa onde estiveram durante toda a sua vida, e ninguém gosta de ser confrontado com um prazo tão curto para ter que sair da sua habitação, seja ela de que condição for. Portanto, percebo muito bem, e percebo as angústias e percebo os medos e só peço que também entendam que nem sempre é fácil encontrar uma habitação temporária e de urgência perto justamente de onde residem porque não há neste momento casas disponíveis.

Portanto, aqui para nós, nós temos é que fazer essa avaliação. Se há risco temos que proteger as pessoas e esse risco é medido pelo Serviço Municipal de Proteção Civil. Nós não podemos é correr nenhum risco e estou a falar desejando naturalmente as maiores felicidades à Senhora que está à espera de um bebé, não podemos é correr nenhum risco nem para si nem para o seu bebé.

Relativamente ao bebé não ser considerado, bem, parece-me uma daquelas coisas burocráticas que às vezes saem e que não fazem muito sentido. Mas esteja descansada, nunca será separada do seu bebé. Portanto, a questão nem sequer se põe, é daquelas coisas que é, ainda não nasceu ainda não foi considerado, mas esteja descansada que não há cálculos diferentes relativamente ao bebé e eu peço sobretudo, que as pessoas que a acompanham e que têm contacto permanente com a Câmara Municipal, sejam um fator de calma, de informação e de esclarecimento e não um fator promotor de angústia acrescida. E isso parece-me muito



## MUNICÍPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

importante, porque isso é da responsabilidade de todos nós, as pessoas não merecem perante uma situação difícil que andem a alimentar a sua angústia. E penso a quem me dirijo percebe bem o que eu estou a dizer.

Queria só dar aqui nota, agradecendo naturalmente ao Senhor Município João Rocha a sua intervenção mais uma vez e relativamente à questão da Carris, dar nota que temos estado em permanência em contacto com a TML e agora com as escolas e com os pais, dar nota que fica registado pelos vistos houve um problema esta manhã, nós não fomos alertados para isso, as escolas estão todas, ainda ontem estivemos no início do ano escolar, temos estado em contacto permanente e é com algum alívio, mas sempre atentos e naturalmente continuaremos a fazer essa fiscalização, falarei disso no meu discurso mais logo.

Relativamente ao Sol da Caparica. Há uma avaliação porque se fazem sempre avaliações, e mal da Câmara Municipal e mal da organização que não faça avaliações de eventos tão importantes como O Sol da Caparica. Eu lembro que na edição de 2019, e aqui a Senhora Dona Rute Sousa sabe bem porque também esteve envolvida, eu lembro-me do escândalo, também houve um grande alarido e que aquilo tinha sido um perigo de vida e que tinha havido uma coisa terrível e depois justamente com todo o rigor quando fizemos toda a avaliação detalhada, pudemos identificar o que é que estava mal e o que é que podia ser corrigido.

Portanto, respondendo à pergunta muito concreta, porquê a avaliação? Porque é nossa obrigação fazer avaliações e para poder corrigir naturalmente em edições futuras.”

5.2.4 – O Senhor Deputado Municipal Nuno Alexandre Mendes (CHEGA):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

2º Torrão. Este é um assunto que tem trazido muita escrita, muitas notícias e é um assunto a que o CHEGA tem prestado especial atenção.

Em colaboração com uma outra força política propusemos a criação de uma Comissão de acompanhamento na Junta de Freguesia da Caparica e Trafaria, onde o nosso eleito tem acompanhado a situação com deslocações regulares ao local, com o intuito de servir e proteger a população local.

Comissão de Freguesia esta, a quem o executivo não forneceu a documentação solicitada há mais de um mês.

O assunto está já também a ser acompanhado por alguns dos nossos 12 (doze) Deputados na Assembleia da República que tiveram o gosto de receber algumas das entidades locais.

Nas diversas Comissões da Assembleia Municipal, temos colocado questões que infelizmente não nos são respondidas, ou a informação respondida não corresponde com a que é prestada nesta Assembleia Municipal.

Questionámos a Senhora Presidente da Câmara Municipal no dia 05 de julho conforme consta em Ata, sobre a existência de mais relatórios relativos à Vala do 2º Torrão, que monitorização foi feita entre 2019 e 2022 e por quem.

Vimos um jogo do empurra entre SMAS e Proteção Civil, sem ninguém assumir quem monitorizou, quando, como e o que despoletou o relatório último da Proteção Civil.

Ontem na reunião da 5ª Comissão fomos confrontados com a possível existência de mais relatórios ou adendas ao mesmo, monitorizações e possíveis visitas aos locais por técnicos.

De novo e, para que não fiquem dúvidas, entre o relatório de novembro de 2019 do SMAS e o relatório da Proteção Civil de maio deste ano, quase 30 (trinta) meses depois, questionamos:

- Qual era a entidade responsável pela monitorização da Vala do 2º Torrão?
- Quantas vezes se descolou ao local para efetuar a monitorização?
- Em que datas?



- Quer este executivo fazer-nos crer que esta situação aconteceu de um dia para o outro e não por falta de monitorização por parte dos serviços da Câmara Municipal nestes 30 (trinta) meses?

Motivados pelas dúvidas existentes e as questões aqui colocadas, iremos colocar aos partidos desta Assembleia Municipal a realização de uma Sessão Extraordinária para esclarecer, onde esperamos ver concluída e cumprida a promessa de que há uma resposta para todos no dia 30 de setembro.

#### 5.2.5 – O Senhor Deputado Municipal António Pedro Maco (CDS-PP):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Apenas para agradecer a vinda dos Municípes que colaboram nestas e participam dando e mostrando o seu dever cívico, de vir aqui expor os seus problemas e relembrar os Municípes que aqui falaram e a Muniçipe que aqui falou relativamente à Carris Metropolitana, e relembrar Senhora Presidente da Câmara, que as pessoas estão muito na expectativa. Estão na expectativa de que corra bem, visto que foram enganadas, todos nós fomos enganados e, portanto, Senhora Presidente da Câmara, neste momento vamos aguardar, mas cientes de que cá estaremos até que o último autocarro possa passar e não deixe ninguém na paragem.

Mas também Senhora Presidente, cá estaremos para que depois de se resolverem todos estes problemas, se apurem as responsabilidades uma por uma. Essas responsabilidades vão ter que ser apuradas pelos serviços públicos e, portanto, vamos ter que ir até ao último grau para apurar o que foi feito bem e o que foi feito mal nesta matéria.

Muito rapidamente, também lembrar a Senhora Presidente que também estamos dispostos para tentar esclarecer o que passou neste Festival do Sol da Caparica, que acabou por transpor toda esta polémica para as televisões, para opinião pública, e que em nada dignifica a nossa cidade, o Festival que nós apoiamos, e, portanto, Senhora Presidente, mais esclarecimentos, o CDS-PP também está espera do requerimento e se a Senhora Presidente entender que deve ir à Comissão prestar declarações, cá estaremos disponíveis.”

#### 5.2.6 – O Senhor Deputado Municipal José António Rocha (BE):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Serei muito breve. Perante o que aqui foi dito pela Senhora Presidente da Câmara, de que as pessoas deveriam servir para mitigar o desespero das pessoas em vez de agravar o desespero das pessoas. Mas Senhora Presidente, deixe-me lhe dizer, que quem iniciou o desespero destas pessoas, não foi quem está com elas. Quem iniciou este desespero foi a Câmara Municipal, foi por uma situação de emergência, reconhecemos que sim, agora isso não invalida que tenha de existir soluções para estas pessoas. Esse é que é um facto. Agora, a Senhora Presidente não tem que, quase em tom de piada dizer que, as pessoas enfim, servem para acentuar mais o sofrimento destas pessoas que já estão em desespero, isso não é verdade. O desespero foi causado por este relatório da Proteção Civil e para necessidade de realojar estas pessoas.”

#### 5.2.7 – A Senhora Presidente da Câmara Municipal:

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Eu não me referi ao Senhor Deputado Municipal José Rocha, nem sequer ao Bloco de Esquerda, mas se o Senhor Deputado Municipal José Rocha se sentiu atingido nas minhas palavras, não foi a essa a intenção.

Agora, eu dirigi-me para alguém muito em particular.

Por outro lado, só dizer, não sei se é evolução do CHEGA ou do Deputado Municipal do CHEGA, normalmente, o CHEGA quando se refere às pessoas que vivem em condições difíceis no 2º Torrão, trata-as como sendo abusadoras e até considera que elas estão a mais no nosso país. Não sei se devo considerar isso uma evolução da posição do CHEGA, mas de qualquer maneira nada do que venha do CHEGA me agrada nem me satisfaz. Mas ao menos que se preocupe com estas pessoas e de facto, com os seus direitos que eles tenham, venham de onde vier, seja qual for a sua condição.”



## MUNICÍPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

5.3 – Para Defesa da Honra, nos termos do artigo 55º, nº 1, do Regimento da Assembleia Municipal, usou da palavra o Senhor Deputado Municipal Nuno Alexandre Mendes (CHEGA).

5.3.1 – O Senhor Deputado Municipal Nuno Alexandre Mendes (CHEGA):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

É triste ver a Câmara Municipal de Almada e o seu executivo sem soluções, sem projetos, sem acompanhar as pessoas e a abanar o bicho papão do CHEGA. O CHEGA está cá para defender os portugueses, está cá para defender toda a gente que habita, trabalha e se esforça para ter uma vida condigna e é esse o nosso objetivo e é esse o nosso princípio.

É triste ver é que, em vez de se apresentar soluções para a população, em vez de se apresentar e acompanhar as pessoas com as necessidades, em vez de responder com transparência a esta Câmara, o rufar de tambores parece ser a única resposta que este executivo tem.

Senhora Presidente, com todo o respeito se calhar tem que se informar um bocadinho melhor sobre o CHEGA.”

5.4 – Para Defesa da Honra, nos termos do artigo 55º, nº 2, do Regimento da Assembleia Municipal, usou da palavra a Senhora Presidente da Câmara Municipal.

5.4.1 – A Senhora Presidente da Câmara Municipal:

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Senhor Presidente, como o Senhor Deputado Municipal do CHEGA não referiu em que parte da sua honra é que foi beliscado, não poderei naturalmente, responder, mas como deve imaginar, todo o trabalho sério e metucioso que os serviços têm feito de acompanhamento a estas pessoas desde que surgiu esta situação absolutamente imprevisível, não se resume num minuto e meio. Portanto, trabalho sério é justamente dar o tempo adequado para responder seriamente a questões sérias. Ou outra coisa é tentar fazer aproveitamentos que não ficam bem nestas situações.”

6 - Foi declarado aberto o Período de Antes da Ordem do Dia.

6.2 - Foram apresentados os seguintes Votos de Pesar:

6.2.1- Pelo Falecimento de Mikhail Gorbatchov apresentado pelo Senhor Deputado Municipal Luís Pedro Durão (PSD);

6.2.1.1 – O Senhor Deputado Municipal Luís Pedro Durão (PSD):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Mikhail Gorbatchov morreu no passado dia 30 de agosto, aos 91 anos, em Moscovo, tendo sido o último líder da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS), responsável pelas reformas de abertura política e económica, que levaram à desintegração da URSS e do modelo socialista, com políticas como a Perestroika (reestruturação económica) e a Glasnost (abertura política).

Prémio Indira Gandhi em 1987, Medalha da Paz Otto-Hahn em 1989, Prémio Nobel da Paz em 1990, Harvey Prize For Outstanding em 1992, ano em que também recebeu o Prémio Liberdade de Ronald Reagan, Order of Merit of the Federal Republic of Germany em 1999, entre outros prémios, condecorações ou coroações, só por si, espelham a dimensão humana, única, universal e intemporal do Homem, Político e Estadista.

Mikhail Gorbatchov derrubou muros, construiu a paz e abriu a liberdade a milhões de pessoas. A abertura política por si defendida culminou com a queda do Muro de Berlim e a reunificação da Alemanha, a dissolução da URSS e o fim da Guerra Fria. A História reserva-lhe uma página de honra. O mundo deve-lhe respeito e gratidão.



A Assembleia Municipal de Almada, reunida no dia 15 de setembro de 2022, delibera prestar homenagem à memória de Mikhail Gorbatchov, concedendo justo tributo a esta figura ímpar do final do século passado e que mudou o mundo no início deste século.”

6.2.2 – Pelo Falecimento de Mikhail Gorbatchov apresentado pelo Senhor Deputado Municipal Ivan Costa Gonçalves (PS);

6.2.2.1 – O Senhor Deputado Municipal Ivan Costa Gonçalves (PS):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Mikhail Gorbatchov, o último líder da União Soviética, morreu no passado dia 31 de agosto, com 91 anos, em Moscovo, vítima de doença prolongada. O Secretário-Geral das Nações Unidas, António Guterres, considerou que se “perdeu um líder mundial único, comprometido com o multilateralismo e incansável defensor da paz”. Comunista convicto, desde cedo se destacou nas suas atividades e filiou-se no Partido Comunista da União Soviética aos 21 anos. Chegou a Secretário-Geral do Partido em 1985, cargo que ocupou até 1991. Presidiu ao Soviete Supremo de 1988 a 1990 e foi Presidente da URSS a partir de 1990, tendo ficado conhecido pelo seu pragmatismo e espírito reformista, que implementou como forma de evitar o declínio da União Soviética, promovendo a abertura (*glasnost*) e a reestruturação do regime (*perestroika*).

Independentemente das considerações sobre as convulsões internas que as suas reformas provocaram, a sua ação política conduziu à queda do Muro de Berlim e criou as condições para que as repúblicas soviéticas recuperassem a soberania, dos Bálticos ao Cáucaso. Promoveu a democracia, o pluralismo e a liberdade de expressão, libertou milhares de presos políticos, procurou uma aproximação com o Ocidente e defendeu ativamente a paz no mundo.

Mikhail Gorbatchov fez do desarmamento uma das prioridades na sua política externa, suspendendo os testes nucleares, empenhando-se na redução das armas convencionais na Europa e na eliminação das armas nucleares e retirando as suas tropas do Afeganistão em 1989.

Com efeito, é à sua ação que se deve o fim da Guerra Fria e do chamado “equilíbrio do terror” que punha em confronto os dois blocos ideológico-militares com a ameaça permanente de uma guerra nuclear. Foi precisamente pelo seu contributo para o fim da Guerra Fria que em 1990 lhe foi atribuído o Prémio Nobel da Paz.

Mikhail Gorbatchov, que o Papa Francisco evoca como “um respeitado homem de Estado”, foi certamente uma das personalidades chave para as mudanças que se operaram geopolítica global na segunda metade do século XX.

Assim, a Assembleia Municipal de Almada exprime o seu pesar pelo falecimento de Mikhail Sergeivich Gorbatchov, endereçando ao povo da Federação Russa e aos seus admiradores um pouco por todo o mundo as mais sentidas condolências.”

6.2.3 – Pelo Falecimento de Vítor Pinho apresentado pelo Senhor Deputado Municipal João Eduardo Gerales (CDU).

6.2.3.1 – O Senhor Deputado Municipal João Eduardo Gerales (CDU):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Vítor Pinho nasceu a 30 de abril de 1944, e faleceu em 16 de agosto de 2022 aos 78 anos de idade. Residente na Fonte Santa, Freguesia da Caparica, foi operário da antiga fábrica da Timex, atividade profissional que conciliou com a prática do desporto. Foi um futebolista de êxito, tendo sido campeão, uma referência e glória do Clube Desportivo da Cova da Piedade.



## MUNICÍPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

Vítor Pinho foi toda a sua vida um democrata atento aos seus conterrâneos, à sua terra e à vida coletiva do seu Concelho, protagonista ativo e empenhado nas questões sociais e no progresso e desenvolvimento da sua Freguesia e do Concelho de Almada.

Após a Revolução de 25 de Abril de 1974, empenhou-se na organização e dinamização do Movimento de Moradores, no quadro do qual foi um dos mais destacados ativistas na construção das condições de habitabilidade que não existiam em abril de 1974.

Foi eleito no Poder Local Democrático ao longo de 10 anos, sempre na Freguesia da Caparica e representando a Aliança Povo Unido (APU) na qualidade de Militante do Partido Comunista Português (PCP), primeiro como Vogal da Assembleia de Freguesia nos mandatos de 1979 a 1983 e 1983 a 1986, e posteriormente como membro do Executivo da Junta de Freguesia, no mandato de 1986 a 1989.

Vítor Pinho foi igualmente um Dirigente Associativo de grande dedicação e empenho.

Dirigente e Presidente da Direção do Clube Recreativo "Os Estrelas" da Fonte Santa, da Freguesia da Caparica, foi um dos principais obreiros da construção e funcionamento da nova Sede e Pavilhão Multiusos do Clube, que se afirmou como espaço privilegiado ao serviço da população, em particular crianças e jovens, afirmando-se enquanto centralidade e polo de coesão comunitária e referência do Movimento Associativo Popular Almadense.

Nestes termos, a Assembleia Municipal de Almada expressa o seu mais profundo lamento pelo falecimento de Vítor Manuel Pinho, endereçando à sua Família, aos seus muitos Amigos, a todos os Autarcas do Concelho de Almada de que ele foi par, ao Clube Recreativo "Os Estrelas" da Fonte Santa e ao Movimento Associativo Popular em geral, e ao Partido Comunista Português, a sua total solidariedade e amizade no momento difícil em que

6.2.4 - Não havendo pedidos de palavra e verificado o quórum, passou-se à votação dos votos de pesar, tendo-se verificado os seguintes resultados:

6.2.4.1 – O voto de pesar pelo Falecimento de Mikhail Gorbachov apresentado pelo Deputado Municipal Luís Pedro Durão (PSD), foi aprovado por maioria com 27 votos a favor, sendo 17 do Grupo Municipal do PS, incluindo os/as Senhores/as Presidentes de Junta de União de Freguesias que o integram; 3 do Grupo Municipal do PSD, 3 do Grupo Municipal do BE, 2 do Grupo Municipal do CHEGA, 1 da eleita do PAN e 1 do eleito do CDS-PP e 10 votos contra do Grupo Municipal da CDU, incluindo o Presidente da Junta da União de Freguesias que o integra.

6.2.4.2 – O voto de pesar por falecimento de Mikhail Gorbachov, apresentado pelo Senhor Deputado Municipal Ivan Costa Gonçalves (PS), foi aprovado por maioria com 27 votos a favor, sendo 17 do Grupo Municipal do PS, incluindo os/as Senhores/as Presidentes de Junta de União de Freguesias que o integram; 3 do Grupo Municipal do PSD, 3 do Grupo Municipal do BE, 2 do Grupo Municipal do CHEGA, 1 da eleita do PAN e 1 do eleito do CDS-PP e 10 votos contra do Grupo Municipal da CDU, incluindo o Presidente da Junta da União de Freguesias que o integra.

6.2.4.3 – O voto de pesar por falecimento de Vítor Manuel Pinho, apresentado pelo Senhor Deputado Municipal João Eduardo Galdes (CDU), foi aprovado por unanimidade.

6.2.5 – Seguiu-se um minuto de silêncio, proposto pelo Senhor Presidente da Assembleia Municipal.

6.3 – Para apresentar Declarações Políticas usaram da palavra os/as Senhores/as Deputados/as Municipais Nuno Alexandre Mendes (CHEGA), João Eduardo Galdes (CDU) e Sónia Pires da Silva (CDU).

6.3.1 – O Senhor Deputado Municipal Nuno Alexandre Mendes (CHEGA):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Decorreram dois meses após o início das carreiras TML e passaram-se três dias após o início da época escolar.

O Porto Brandão continua sem transportes, os TML e os barcos continuam com horários desfasados e descoordenados.



Entre as 07H30 e as 09H25 não há carreiras, nem ao fim da tarde, entre as 18H30 e as 20H10.

A escola que fica a 10 minutos do local só abre a partir das 08H15. Quer este executivo que as crianças fiquem 1H15 à espera?

Como quer este executivo que as crianças se desloquem para as escolas?

Quer está Câmara Municipal, que as crianças apanhem autocarros antes das 7H30 e só voltem para casa de noite?

É este o combate ao abandono escolar proposto pelo nosso município?

Senhora Presidente, o período das chuvas está a começar, não há condições para as crianças e mais idosos subirem e descerem o Porto-Brandão a pé, peço-lhe que dê condições a esta parte da população tão negligenciada.”

6.3.2 – O Senhor Deputado Municipal João Eduardo Gerales (CDU):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Senhora Presidente da Câmara Municipal, em 7 de junho do corrente ano, a Senhora convocou uma reunião extraordinária da Câmara Municipal, realizada à porta fechada, para informar os Vereadores das forças políticas representadas no executivo municipal, sobre a necessidade emergente de proceder à desocupação da parte superior da estrutura que cobre a vala existente no Bairro do 2º Torrão, na Trafaria.

Esta emergente necessidade foi identificada por um relatório do Serviço Municipal de Proteção Civil (SMPC), que face à degradação verificada em diferentes pontos daquela estrutura, considerou impreterível proceder à desocupação daquele espaço, e consequentemente ao realojamento de muitas dezenas de residentes no local.

Não nos iludamos. A identificação, pelo SMPC, de uma necessidade imperiosa de realojamento de dezenas de cidadãos, num espaço de tempo mínimo – que à data da referida reunião extraordinária da Câmara Municipal não ultrapassava os três meses –, não pode ser lida nem entendida senão como uma emergência, à qual é obviamente necessário responder no imediato, e com a adoção de medidas também elas de emergência. A uma emergência apenas se pode responder com medidas de emergência.

A CDU entende que o caminho que tem sido a opção municipal neste processo, não corresponde à resposta necessária e adequada a esta emergência. A cerca de 15 dias do prazo limite estabelecido pelo SMPC para a integral desocupação das construções identificadas como de risco, a informação de que dispomos é que muito poucos daqueles agregados familiares terão, neste momento, uma alternativa de residência assegurada. O que não pode deixar de constituir motivo de grande preocupação. Por isso perguntamos, e pedimos uma resposta clara e objetiva, a menos de 15 dias daquele prazo qual é o ponto de situação relativamente a este aspeto concreto?

A verdade, Senhora Presidente, é que o recurso a mecanismos que foram desenhados para responder a situações correntes e não a situações de emergência, como são os programas das chamadas novas políticas de habitação, não permite prever, de facto, os melhores resultados nesta situação concreta. A sensação que nos fica, e passe a expressão, é a de que se está a tentar reduzir uma fratura exposta com a aplicação de pensos rápidos. Muito dificilmente levará a esses melhores resultados.

No entendimento da CDU é necessário definir e colocar em prática outras soluções. A Câmara Municipal de Almada tem, até, um histórico importante relativamente emergências desta mesma natureza. Referimos apenas as situações vividas no Asilo 28 de Maio e nas Abas da Raposeira, para as quais, sempre em articulação direta com os organismos dependentes da Administração Central – e nunca será demais lembrar que a responsabilidade primeira pela garantia de acesso de todos os portugueses e portuguesas a uma habitação digna, é do Governo da República, como estabelece a Constituição da República Portuguesa –, os executivos da CDU encontraram as respostas adequadas e superaram aquelas dificuldades. Existem seguramente processos



## MUNICÍPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

na Câmara Municipal relativos a estas situações que podem identificar com toda a objetividade aquilo que aqui referimos.

Mas esta questão não se esgota no problema do realojamento das pessoas que residem nas condições de que vimos falando. O relatório do SMPC identifica outras situações de elevado risco, que têm de ser consideradas.

Identifica, por exemplo, a ruína do troço final da cobertura da vala. Identifica, também, a obstrução de um troço considerável da mesma vala – obstrução, aliás, identificada já em 2019 em relatório de vistoria realizada pelos SMAS –, uma situação relativamente à qual o SMPC refere expressamente a necessidade imediata, sublinhamos imediata, de resolução – note-se, o caráter de urgência atribuído a esta desobstrução é ainda maior do que o atribuído ao realojamento dos agregados familiares.

Não sabemos se a obstrução identificada pelo SMPC em maio de 2022, terá sido muito recentemente ultrapassada, mas o facto de ela ter sido claramente identificada em 2019 pelos SMAS, consequência do mau funcionamento da comporta que protege a entrada das águas da maré no interior da vala e voltar a ser referenciada em 2022 pelo relatório do SMPC, leva-nos a questionar a Senhora Presidente da Câmara Municipal, se não considera que possa ter havido negligência no tratamento desta questão ao longo dos últimos três anos, particularmente no que respeita à necessária reposição do normal e regular funcionamento daquela comporta?

E sobre esta matéria, permita-nos Senhora Presidente que deixemos uma sugestão. O Laboratório Nacional de Engenharia Civil possui especialistas e técnicos competentes que conhecem bem os efeitos das marés, e outros fenómenos de erosão, sobre as estruturas em betão armado. Talvez fosse interessante recorrer a esse conhecimento, no sentido de encontrar as soluções mais adequadas para este problema.

Finalmente, Senhora Presidente, é importante que todos nós, Deputados Municipais e cidadãos, saibamos quais são as garantias que a Câmara Municipal de Almada aqui nos pode deixar relativamente a duas questões essenciais: primeiro, que os 95 (noventa e cinco) fogos, cujo processo de construção foi lançado no início do corrente ano, estarão concluídos no prazo de três anos, que o recurso ao programa Porta de Entrada prevê como prazo máximo para os apoios ao arrendamento no seu âmbito, e em segundo lugar que garantias nos dá de que esses 95 (noventa e cinco) fogos serão destinados prioritariamente ao realojamento dos agregados familiares envolvidos em todo este processo.”

### 6.3.3 – A Senhora Deputada Municipal Sónia Silva (CDU):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

A Mobilidade é um direito, há que torná-la acessível e comprometida com o ambiente e o clima.

Mobilidade sustentável é intermodalidade rodoviária, fluvial ferroviária e acesso a serviços e infraestruturas básicas em tempo útil e socialmente adequado e agradável.

Sobre a Semana Europeia da Mobilidade em Almada e o Dia Europeu sem Carros.

Não pode reduzir-se como programa de sensibilização, de trabalho e de compromisso políticos de um Executivo, neste caso PS e PSD, a um mero ‘folclore urbano’ de, e passo a citar conforme consta no site da Câmara Municipal, “O centro histórico de Almada ser transformado, no próximo domingo dia 18, num “Bairro Vivo” sem carros, com muita animação e uma edição especial do Almada Green Market.” Fim de citação.

Caso para perguntar: e todos os 358 (trezentos e cinquenta e oito) dias e noites do ano?

Estamos sempre em teletrabalho e telescola?

Fazemos os cuidados de saúde primários e as idas às Urgências por vídeo chamada?

E a fruição cultural: vamos aos museus e/ou aos concertos virtualmente, e ao Cinema e às inúmeras atividades e competições desportivas a realizar em Almada?



Ou fazemos somente um passeio por ano, conforme programa proposto pela Câmara Municipal Almada: “Pedalar pelas ruas para visitar os quatros espaços museológicos?”

Todos os Lugares e Bairros merecem ser Vivos e Vividos Todos os dias e todo o ano!

Não só no próximo Domingo, dia 18!

Para encerrar a Semana a Câmara Municipal propõe um filme online na quinta-feira dia 22!

Quem preside a uma Câmara Municipal como a de Almada não pode defender a redução da largura e dimensão de passeios para alargar a via rodoviária e criar faixas de aceleração em ambos os sentidos – seja no Eixo Central de Almada a Cacilhas, seja no Eixo de qualquer lugar, Bairro, Freguesia, na Charneca, na Sobreda, no Feijó, e em todas as demais Almadenses!

Precisamos sim de vida e visão reais do dia-a-dia de quem trabalha, estuda, vem a Almada seja em dias úteis, seja de noite ou aos fins-de-semana, quem quer ter mobilidade ativa e suave e concertada, seja a pé, de trotineta, bicicleta, patins, skate e com ligação aos outros meios de locomoção pública e coletiva.

Na Assembleia da República, foi apresentado pelo Partido Ecologista ‘Os Verdes’ um Projeto de Lei com vista à gratuidade da utilização dos transportes públicos coletivos para pessoas com deficiência, pessoas desempregadas, pessoas com idade igual ou inferior a 18 anos e para estudantes do ensino obrigatório.

Rejeitado!

Por quem? Pelo PS e pelo PSD e com a abstenção de toda a restante direita.

Nós, CDU defendemos mais recursos humanos e melhor gestão pública, mais horários e intermodalidade, mais mobilidade ativa e segura;

Um investimento sério, integral e estruturado nos transportes públicos coletivos Mobilidade individual e coletiva intra e intermunicipal e regional com gestão pública;

Regularidade na oferta e horários alargados, com segurança;

Desenvolvimento local e regional, resiliência do território e do clima, acima da lógica do lucro e da rentabilidade;

Venham mais carros? Não! Venham menos carros sejam elétricos ou de combustão!

Venham sim, mais e melhores transportes públicos;

Venham mais ciclovias e mais zonas pedonais;

Para não só muitos terem, mas sim para todos terem menos CO2 e melhor clima e ambiente!”

6.4 – Para apresentar moções, deliberações e demais votos usaram da palavra os/as Senhores/as Deputados/as Municipais Pedro Miguel Pereira (PS), António Pedro Maco (CDS-PP), Margarida Ramires Paulos (PAN), Ana Luísa Rodrigues da (CDU), Joaquim Miguel Judas (CDU), Karim Hassam Quintino (BE) e Fátima Maria Marras (BE).

6.4.1 – O Senhor Deputado Municipal Pedro Miguel Pereira (PS), para apresentar um Voto de Saudação pela “Inauguração do Jardim de Infância da Sobreda”;

6.4.1.1 – O Senhor Deputado Municipal Pedro Miguel Pereira (PS):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

A educação é um dos pilares de qualquer país do mundo. A sua qualidade marca significativamente os critérios que regem o progresso de uma pessoa ou de uma sociedade. A forma como estudamos e onde estudamos determina, com certeza, o percurso académico que percorremos na vida.



## MUNICÍPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

O Jardim de Infância da Sobreda, integrado no Agrupamento de Escolas Elias Garcia e localizado no Alto do Índio, na Freguesia de Charneca de Caparica e Sobreda estava absolutamente degradado e a necessitar de amplas obras de requalificação.

O executivo da Câmara Municipal de Almada tomou, por isso, a decisão de requalificar e ampliar este equipamento, tendo a sua inauguração decorrido no passado dia 7 de setembro.

Esta obra representou um investimento de 718 mil de euros, suportado pelo município de Almada e pelo programa Portugal 2020, e vai permitir duplicar o número de salas de atividades, passando de três para seis, e mais do que duplica a capacidade, passando de 62 para 150 crianças a partir dos 3 anos de idade.

Esta intervenção contemplou a requalificação do edifício existente e do recreio exterior, da acessibilidade aos mesmos, bem como o aumento da área coberta de recreio, contribuindo desta forma para a melhoria das condições de uso do edificado escolar pela sua população residente.

Nesta obra foram ainda construídos dois edifícios de raiz, sendo um deles, designado “Edifício B”, destinado a acolher as novas salas de atividades, ao passo que outro, o “Edifício C”, se destina ao refeitório. Além da intervenção realizada no espaço exterior do logradouro, foi ainda criada uma zona com um equipamento lúdico.

Assim, a Assembleia Municipal de Almada, reunida em Sessão Ordinária nos dias 15 e 16 de setembro de 2022, saúda o Município de Almada pelo investimento no Jardim de Infância da Sobreda, pelo trabalho que tem vindo a desenvolver na requalificação do parque escolar no nosso Município e, por último, na valorização que tem imprimido à Escola Pública, de qualidade e acessível a todos.”

6.4.2 – O Senhor Deputado Municipal António Pedro Maco (CDS-PP), para apresentar uma Moção “Contra o encerramento da agência da Caixa Geral de Depósitos na Praça do MFA no Centro de Almada”;

6.4.2.1 – O Senhor Deputado Municipal António Pedro Maco (CDS-PP):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

O Estado e as entidades públicas devem garantir ao cidadão o melhor acesso aos serviços públicos de proximidade facilitando e agilizando todos os meios disponíveis para a prestação de um serviço de qualidade junto das populações.

Esse serviço deve ser prestado tendo em consideração e como objetivo primordial a satisfação dos interesses e das necessidades dos cidadãos dispondo todo acesso à informação, o acesso a bens e o acesso aos demais requisitos que o Estado deve colocar para servir com qualidade a sua função descentralizadora e desconcentrada.

Só com serviços eficientes e de proximidade o Estado pode garantir a salvaguarda da excelência da prestação das suas funções e das suas obrigações perante o cidadão contribuinte.

No caso em concreto, a dependência da Caixa Geral de Depósitos, entidade bancária pública, sita na Praça do MFA no centro de Almada, segundo consta, pretende encerrar as suas instalações depois de largos anos em funcionamento.

É por demais reconhecido e comprovado que a respetiva agência situada no local supracitado no centro de Almada, serve diariamente uma quantidade considerável de clientes, muitos deles de idade bastante avançada e que recorrem aos seus serviços assiduamente pelas mais variadas necessidades.

Assim, considerando que o concelho de Almada, nomeadamente a zona envolvente à instituição bancária em apreço, é uma zona residencial de pessoas idosas, muitas delas com a sua mobilidade reduzida e condicionada, a concretização do seu encerramento irá acarretar junto dessa população e não só, graves constrangimentos, pois deixam de ter acesso a um bem prestador de um serviço público indispensável às suas vidas como é o seu banco.



O possível encerramento da Caixa Geral de Depósitos na Praça do MFA em nada protege os interesses e os direitos que o Estado deve garantir junto dos cidadãos, considerando que a alegada transferência das mesmas instalações para o Pragal, é completamente desconforme às necessidades e interesses nomeadamente da população mais idosa e mais frágil, uma vez que entre as duas dependências existe uma enorme distância, ficando literalmente algumas populações sem acesso aos serviços bancários no centro de Almada. Acresce ainda que, aparentemente, em termos de segurança o local definido para a transferência da agência bancária não oferecerá mais garantias, antes pelo contrário, devido à caracterização e desenho do espaço público envolvente, que as atuais instalações no centro de Almada com um maior movimento dissuasor.

De lembrar que estes sucessivos encerramentos das agências da Caixa Geral de Depósitos um pouco por todo o concelho de Almada nos últimos anos, já provou que tem um enorme impacto negativo junto das populações, nomeadamente nas mais idosas, situação essa que deveria não só ter sido corrigida e revertida, com a consciência de que os seus encerramentos prejudicam gravemente e de forma imediata os clientes do banco público, o que leva a que o Estado não esteja a cumprir com o seu dever de garantir o acesso aos mais elementares serviços por parte dos cidadãos.

Posto isto, perante os considerandos atrás mencionados, a Assembleia Municipal de Almada, reunida nos dias 15 e 16 de Setembro de 2022, vem pela presente moção, manifestar o total desacordo com o encerramento da agência da Caixa Geral de Depósitos situada no centro de Almada na Praça do MFA, exigindo à tutela que encontre soluções adequadas aos interesses das populações na zona envolvente ao mesmo tempo que exige a garantia e manutenção dos postos de trabalho a fim de manter a melhor qualidade na prestação do serviço aos clientes do banco público.”

6.4.3 – A Senhora Deputada Municipal Margarida Ramires Paulos (PAN), para apresentar uma Recomendação “Programa Municipal para o Uso Eficiente da Água de Almada”;

6.4.3.1 – A Senhora Deputada Municipal Margarida Ramires Paulos (PAN):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Portugal continental está a viver uma situação de seca hidrológica, a pior dos últimos 100 anos, com quase todo o país em seca severa ou extrema. As alterações climáticas vieram para ficar, colocando Portugal numa situação bastante vulnerável no que diz respeito ao acesso à água, tornando imperativo uma gestão mais eficiente deste tão importante recurso.

Diariamente somos confrontados com o impacto da seca no quotidiano de cada vez mais pessoas, seja para consumo doméstico, seja para regar os campos de cultivo. Episódios de cheias ou escassez de água já não são eventos extremos ou raros, mas situações frequentes e que demonstram a necessidade urgente de mudar comportamentos.

É premente consciencializar a população para a escassez de água, fenómeno que se acentuará no futuro e que nos obriga a definir uma estratégia para a gestão adequada deste recurso e para a necessidade do seu uso apropriado e eficiente. Importa, pois, adaptar hábitos de utilização e consumo junto da comunidade, alertando para os comportamentos que mais contribuem para o desperdício de água e, conseqüentemente, sobre as medidas a adotar para permitir a sua correta utilização.

O PAN acredita que este problema não se resolverá exclusivamente a partir do governo Central, acreditando que os Municípios têm aqui um papel central pela sua proximidade às populações e capacidade de atuação imediata. Desta forma surge a proposta de criação do Programa Municipal para o Uso Eficiente da Água em Almada como forma de compromisso coletivo para a preservação e consumo adequado da água.

À semelhança do Programa Nacional para o Uso Eficiente da Água (PNUEA), o que se propõe é a promoção do uso da água de forma mais eficiente em Almada, essencialmente nos setores urbano, agrícola e industrial. Isto para minimizar os riscos de escassez hídrica, e para melhorar as condições ambientais nos meios hídricos.



## MUNICÍPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

Pretende-se melhorar a eficiência de utilização da água, assim como consolidar uma nova cultura e um novo relacionamento com a água, para que este recurso seja cada vez mais valorizado e protegido.

Face ao exposto, a Assembleia Municipal de Almada, reunida em Sessão Ordinária nos dias 15 e 16 de setembro delibera recomendar à Câmara Municipal de Almada:

- A criação de um Programa Municipal para o Uso Eficiente da Água que inclua: o A concretização de um conjunto de medidas destinado a aumentar a eficiência no uso da água a nível local nos setores urbano, agrícola e industrial;
- Estas medidas devem prever a redução de perdas nos sistemas de condução de água e a redução dos consumos através de sistemas tecnológicos que permitam ter equipamentos que conduzam à eficiência hídrica e adequação de comportamentos e rotinas humanas que evitem o desperdício;
- A sensibilização da população para o uso eficiente da água e o incentivo à alteração de comportamentos;
- A adequação da conduta do município para o uso racional da água.”

6.4.4 – A Senhora Deputada Municipal Ana Luísa Rodrigues (CDU), para apresentar uma Moção/Deliberação “Contra o encerramento da agência da Caixa Geral de Depósitos na Praça do MFA”;

6.4.4.1 – A Senhora Deputada Municipal Ana Luisa Rodrigues (CDU):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

A Constituição da República Portuguesa (CRP) determina no Capítulo “Organização económica”, Título I, Artigo 81º – Incumbências prioritárias do Estado:

- a) Promover o aumento do bem-estar social e económico e da qualidade de vida das pessoas, em especial das mais desfavorecidas, no quadro de uma estratégia de desenvolvimento sustentável;
- b) Promover a justiça social, assegurar a igualdade de oportunidades e operar as necessárias correções das desigualdades na distribuição da riqueza e do rendimento, nomeadamente através da política fiscal;
- c) Assegurar a plena utilização das forças produtivas, designadamente zelando pela eficiência do sector público.

No Título IV, Artigo 101º Sistema financeiro, inscreve ainda a CRP:

“O sistema financeiro é estruturado por lei, de modo a garantir a formação, a captação e a segurança das poupanças, bem como a aplicação dos meios financeiros necessários ao desenvolvimento económico e social.”

Para que se estes objetivos sejam cumpridos, é imperioso que exista um banco público totalmente orientado para a prestação de um verdadeiro serviço público.

E para que isso se verifique, é indispensável que o Estado, através do Governo, não apenas defina as orientações estratégicas que o banco deve prosseguir no quadro de uma política de desenvolvimento do país e de afirmação da soberania nacional, mas exerça igualmente, na sua plenitude, as responsabilidades enquanto seu único acionista, zelando permanentemente pelo integral cumprimento dessas orientações e das exigências constitucionais que vinculam a intervenção do banco público.

Ao despedir milhares de trabalhadores e encerrar centenas de balcões em todo o País, o Banco Público Caixa Geral de Depósitos cria enormes dificuldades ao quotidiano de milhões de pessoas, dificulta a vida aos micro, pequenos e médios empresários, e coloca-se no mesmo patamar que qualquer banco privado, que apenas existe para ter lucro e não para apoiar de forma ativa e direta o desenvolvimento económico e social do País. Ao assumir esta postura, a administração da Caixa Geral de Depósitos não cumpre os imperativos constitucionais a que se encontra vinculada.

Nos últimos dez anos, o Concelho de Almada viu encerrar nove agências da Caixa Geral de Depósitos, por decisão das sucessivas administrações.



Prepara-se agora a atual Administração da CGD, com a conivência do Ministro da Tutela, Fernando Medina, e por isso com o acordo de todo o Governo do PS, para encerrar mais uma agência no nosso Concelho: a agência situada no coração de Almada, na Praça do MFA, uma agência que presta diariamente serviços bancários a centenas de almadenses, pessoas particulares e empresas.

Sabemos com base em informações oriundas das Organizações Representativas dos Trabalhadores da CGD, que a administração pretende que os trabalhadores atualmente em funções naquelas instalações, que são propriedade da própria Caixa Geral de Depósitos, as abandonem até ao próximo dia 23 de setembro, encerrando nessa data toda a atividade do banco público naquela área central da Cidade de Almada.

Sabemos igualmente que a administração da CGD pretende alienar o imóvel onde se encontram atualmente instalados os seus serviços, tendo alegadamente colocado uma agência imobiliária a tratar do negócio, a qual, segundo as mesmas informações, terá já inclusivamente acertado as condições para a alienação do imóvel com potenciais interessados.

Esta intenção da administração regista-se num momento em que a CGD aumenta brutalmente as taxas de serviço que pratica aos seus clientes, e o banco público apresenta lucros colossais, que no primeiro semestre de 2022 atingiram os 460 milhões de euros.

Este é um caminho que vem sendo trilhado há longos anos, e que à boleia da pandemia de Covid-19 se intensificou. Em consequência, regista-se atualmente uma brutal redução dos serviços prestados presencialmente pelo banco público, redução que presentemente não encontra qualquer justificação, pois há muitos meses que todos os serviços presenciais deviam ter sido integralmente repostos.

Nestes termos, a Assembleia Municipal de Almada, reunida no dia 15 de setembro de 2022, delibera:

1. Exigir que a decisão de encerramento da Agência da Caixa Geral de depósitos situada na Praça do MFA, em Almada, seja revertida, em defesa dos legítimos interesses dos Almadenses e do Município de Almada.
2. Exigir a reposição integral de todos os serviços presenciais prestados pelo banco público à data do início da pandemia de Covid-19.
3. Exigir que a Câmara Municipal de Almada, e a maioria PS/PSD que governa o Concelho, recorra a todos os mecanismos ao seu dispor para, junto do Ministério das Finanças e do Governo no seu conjunto, defender intransigentemente os legítimos interesses dos almadenses, objetivamente prejudicados pelo encerramento desta Agência.
4. Exigir que a Câmara Municipal de Almada acautele integralmente os interesses do próprio Município de Almada, atuando em conformidade caso se confirme o desenvolvimento de um processo de alienação a terceiros do imóvel que é propriedade da CGD, exigindo no concreto o exercício do direito de preferência, legalmente estabelecido e aplicável a qualquer negócio desta natureza."

6.4.5 – O Senhor Deputado Municipal Joaquim Miguel Judas (CDU), para apresentar uma Proposta de Resolução sobre "O Acesso ao Serviço Nacional de Saúde";

6.4.5.1 – O Senhor Deputado Municipal Joaquim Miguel Judas (CDU):

"Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Tendo em conta conhecidas dificuldades de acesso da população de Almada a cuidados de saúde no Serviço Nacional de Saúde, e a necessidade de estas serem rapidamente e efetivamente ultrapassadas, a Assembleia Municipal de Almada, reunida a 15 de setembro de 2022, delibera:

- 1 Solicitar ao Conselho de Administração do Hospital Garcia d'Orta:
  - a. A adoção de medidas urgentes para que sejam resolvidas as disfunções do seu sistema informático, que tem impedido o acesso dos profissionais de saúde a processos clínicos dos doentes com grave prejuízo para estes.



## MUNICÍPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

- b. Que assegure que as famílias dos doentes internados recebem informações regulares e atempadas sobre o estado de saúde destes.
  - c. A adoção de medidas de articulação com as Unidades de Cuidados, com os Cuidados de Saúde Primários e com a Segurança Social por forma a serem asseguradas as condições de alta clínica dos doentes quando esta tiver lugar.
- 2 Solicitar ao Conselho Diretivo do Agrupamento dos Centros de Saúde de Almada e Seixal (ACES):
- a. A adoção de medidas com caráter de urgência que assegurem, no mínimo e no imediato, o funcionamento de um Centro de Saúde em cada uma das Uniões de Freguesia e Freguesia, todos os dias da semana entre as 8:00 horas e as 24:00 horas, para responder a necessidades de cuidados de saúde em ambulatório a doentes agudos e seu eventual encaminhamento para cuidados hospitalares, considerando um período inicial no inverno do corrente ano de 2022 e próximo de 2023 nas quatro Uniões de Freguesias, e no verão de 2023 na Freguesia da Costa da Caparica, perspetivando o funcionamento permanente destes Centros de Saúde a partir do inverno de 2023.
  - b. A adoção de medidas de reforço da acessibilidade presencial e em tempo dos utentes aos seus médicos ou enfermeiros de família, alargando o horário de atendimento até às 21.00 de segunda a sexta-feira.
  - c. A adoção de medidas de reforço de outras formas de acessibilidade, aumentando os meios disponíveis para esse fim nos Centros de Saúde e na Comunidade.
- 3 Solicitar ao Governo:
- a. A adoção de medidas de emergência para a contratação dos profissionais de saúde de que o Hospital Garcia de Orta (HGO) e o ACES se encontram carenciados, por forma a ser assegurado uma eficaz e digna prestação de cuidados de saúde nos serviços de urgência, no internamento e nos Cuidados de Saúde Primários.
  - b. O início imediato das obras de alargamento e qualificação do HGO, e da construção do Hospital no Seixal e do Centro de Saúde do Feijó.
  - c. A adequada dotação financeira para os serviços de apoio logístico aos Centros de Saúde, e para a realização em 2023 de obras de reparação e manutenção das instalações dos Centros de Saúde.
- 4 Solicitar à Câmara Municipal:
- a. O desenvolvimento de diligências junto do Governo, da Assembleia da República, do Conselho de Administração do HGO e da Direção do ACES Almada Seixal, para que as medidas acima propostas tenham cabimento imediato ou, o mais tardar, nos Orçamentos respetivos para 2023.
  - b. Total abertura para, no âmbito das suas competências, considerar e cooperar com o Governo, o Conselho de Administração do HGO, o Conselho Diretivo do ACES Almada Seixal na rápida concretização das medidas propostas.”
  - c. Concretizar a construção de um novo Parque de Estacionamento na envolvente do HGO e qualificar os espaços de estacionamento existentes, assegurando condições de gratuidade para profissionais de saúde e utentes do Hospital.”

6.4.6 – O Senhor Deputado Municipal Karim Hassam Quintino (BE), para apresentar uma Recomendação “Criação de um sistema municipal de bicicletas partilhadas”;

6.4.6.1 – O Senhor Deputado Municipal Karim Hassam Quintino (BE):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Ao longo de décadas, as cidades foram planificadas urbanisticamente em torno do carro, excluindo a população do direito à partilha do espaço público. Num período em que a emergência climática se impõe cada vez mais como uma ameaça, os centros urbanos são palcos de reivindicação popular sobre o desenho, a ocupação e o conceito de espaço público.



A construção de um futuro sustentável, acessível e aprazível para a população tem início na redefinição do direito à mobilidade e na sua integração nas estratégias de desenvolvimento social, laboral, urbanístico, ambientalista, económico e estrutural.

Portugal é o 2º país da EU com maior dependência da utilização do automóvel individual, com 89% das deslocações realizadas de carro. Nas áreas urbanas, 30% das viagens de carro são inferiores a 3 km, com 50% delas indo apenas até aos 5 km. Os Censos de 2011 indicam que 54% da população almadense utiliza o carro para a deslocação casa-local de trabalho/estudo.

A adoção da mobilidade ativa – deslocações a pé ou em velocípedes, como bicicletas - é um dos principais apelos das populações, reconhecendo o seu contributo no combate às alterações climáticas, na construção de redes de mobilidade urbana eficazes, e na humanização das cidades.

A Estratégia Nacional para a Mobilidade Ativa Ciclável (2020-2030) afirma que “privilegiar a mobilidade ativa em detrimento do transporte individual motorizado é uma tendência crescente nas sociedades desenvolvidas”, e que os municípios portugueses devem acompanhar as iniciativas cada vez mais comuns às cidades europeias. Das demais destacam-se a criação de ciclovias e percursos cicláveis articulados com a rede de transportes coletivos, e projetos de bicicletas para utilização partilhada em espaço urbano.

O automóvel individual é um dos principais fatores para os elevados valores de emissões de Gases de Efeito de Estufa, com 41% das emissões de CO<sub>2</sub> em 2019 tido origem em veículos motorizados. Em comparação, no mesmo ano, a UE27 registou no mesmo indicador o valor médio de 31,6%. Por outro lado, a adoção de uma política promotora da mobilidade ativa traduz-se numa diminuição significativa dos encargos do Serviço Nacional de Saúde no acompanhamento das patologias anteriormente identificadas.

Segundo o Ciclando - Plano de Promoção da Bicicleta e Outros Modos Suaves 2013-2020, desenvolvido pelo Instituto da Mobilidade e dos Transportes, os meios de mobilidade ativa – com destaque à eficiência e ajustabilidade da bicicleta – são a opção mais económica em deslocação de até 20 km em meio urbano, especialmente quando combinados com mobilidade multimodal.

Acresce o baixo custo de aquisição, da criação e manutenção das infraestruturas necessárias, e a utilização significativamente menor do espaço público em comparação ao espaço necessário para infraestruturas para automóveis.

Almada verifica uma carência profunda de meios e de infraestruturas para a mobilidade ativa.

Foram concluídos apenas 6% dos 223 km de ciclovias previstos pela Rede Ciclável Hierarquizada do concelho de Almada, aprovada em 2005. Mesmo entre os percursos cicláveis já existentes em Almada, reconhece-se o seu mau estado, a sua utilização indevida para estacionamento de automóveis, para além de não se constituírem num eixo articulado ao longo do concelho. Ao contrário do automóvel, que consegue deslocar-se entre todos os pontos de Almada, a falta de uma rede ciclável abrangente impede a utilização mais generalizada e cómoda da bicicleta no concelho. Assim, é essencial planificar uma rede ciclável que ligue todo o concelho entre si, destacando as escolas, os espaços desportivos e culturais, e as interfaces de transportes públicos.

Por isso mesmo, a implementação de um sistema de bicicletas partilhadas em Almada surge como oportunidade de investir na construção de percursos cicláveis, de promover a mobilidade ativa, e de iniciar um processo de reconfiguração do conceito de cidade e de espaço público.

Assim, a Assembleia Municipal de Almada reunida a 15 e 16 de setembro de 2022, recomenda:

1. O estabelecimento de um sistema de bicicletas partilhadas e mobilidade ativa, preferencialmente ligado aos sistemas já existentes na Área Metropolitana de Lisboa, como o sistema GIRA, possibilitando a sua utilização pelos munícipes através do passe único;
2. A criação de equipas técnicas de apoio para o planeamento, desenho e execução deste sistema de bicicletas partilhadas, bem como para a elaboração de um manual de boas práticas.



## MUNICÍPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

3. O reforço do investimento na construção e manutenção de ciclovias, ecovias e percursos cicláveis, priorizando vias exclusivas para o efeito, assim como de estruturas de estacionamento, procurando garantir estas condições em futuras requalificações urbanísticas, e integrando o eixo ciclável na planificação intermodal.”

6.4.7 – A Senhora Deputada Municipal Fátima Maria Marras (BE), para apresentar uma Moção “Contra o encerramento da agência central da Caixa Geral de Depósitos em Almada”.

6.4.7.1 – A Senhora Deputada Municipal Fátima Maria Marras (BE):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Foi com grande consternação que a população almadense tomou conhecimento da intenção da administração da Caixa Geral de Depósitos (CGD) de encerrar a agência central de Almada, situada na praça do Movimento das Forças Armadas, e que serve grande parte da população de Almada, principalmente da população mais idosa.

Esta decisão, que já motivou protestos da população almadense, demonstra que a destruição dos serviços públicos bancários está em marcha acelerada, sendo que nos últimos 10 anos foram encerradas só no concelho de Almada nove agências (Sobreda, Feijó, Cacilhas, praça São João Batista, Estação do Pragal, Monte de Caparica, Faculdade de Ciências e Tecnologia, rua da Liberdade e Almada Fórum). O Sindicato dos Trabalhadores das Empresas do Grupo CGD (STEC) sublinha que nos últimos dez anos a CGD encerrou 300 balcões e que houve um significativo decréscimo do seu pessoal, já que saíram do banco 3.300 trabalhadores.

O encerramento deste balcão da CGD vem também comprovar o presente foco absoluto na redução de despesas sem que sejam tidos em consideração os interesses e necessidades da população. Também deve ser tido em conta o profundo impacto negativo para a vida das e dos trabalhadores desta agência, uns realocados e outros a serem alvos de propostas de rescisão contratual, sem reforço do pessoal, o que levará a uma pioria dos serviços prestados à população.

Um banco público tem como função servir as pessoas e o encerramento de balcões provoca grandes constrangimentos, sobretudo à população mais idosa; contudo, nos últimos anos, a CGD tem pautado a sua gestão por opções que geram elevados prejuízos para a população e que estão nos antípodas do que deve ser um banco público, criando inclusive uma série de mecanismos que afastam as classes menos favorecidas do banco público, do qual esta decisão é apenas um exemplo.

Este fecho representa mais um golpe para a população de Almada, depois de tantos outros encerramentos e deslocalizações de serviços essenciais, e vai criar uma barreira quase intransponível para os mais idosos e para os cidadãos com menos recursos económicos.

É preciso, pois, garantir que o Estado Português assegura a manutenção de um serviço público que é fundamental para a vida quotidiana de milhares de almadenses, reforçando os níveis de cobertura das agências bancárias para permitir a satisfação das necessidades da população, e que também impeça a desvalorização da CGD enquanto banco público.

Assim, a Assembleia Municipal de Almada reunida a 15 e 16 de setembro de 2022, manifesta o seu repúdio e desagrado com a decisão da administração da Caixa Geral de Depósitos de encerrar a agência central de Almada, situada na praça do MFA, exigindo que a autarquia desenvolva todo o tipo de diligências junto do governo e da administração da CGD para que este processo seja revertido, salvaguardando assim os interesses da população.”

6.5 - No debate sobre os documentos apresentados usaram da palavra os/as Senhores/as Deputados/as Municipais Daniel Alexandre Silva (PS), António Francisco Salgueiro (PSD), Margarida Ramires Paulos (PAN), Nuno Alexandre Mendes (CHEGA), Karim Hassam Quintino (BE), António Pedro Maco (CDS-PP), Pedro Miguel Pereira (PS), Ivan Costa Gonçalves (PS) e ainda Senhora Presidente da Câmara Municipal.



**6.5.1 – A Senhora Presidente da Câmara Municipal:**

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Quero prestar alguns esclarecimentos em relação a algumas das moções que foram apresentadas.

Relativamente à questão do balcão da Caixa Geral de Depósitos, recebemos hoje mesmo, uma resposta da Caixa Geral de Depósitos ao ofício que nós tínhamos enviado, segundo nós, há aqui uma contradição nos termos, tão depressa nos dizem que continuam empenhados numa continuidade e uma presença física alargada e de proximidade com os balcões e ao mesmo tempo tentam justificar o encerramento relativamente ao uso cada vez maior das técnicas digitais. E, portanto, a Câmara Municipal naturalmente, continuará a pedir maiores esclarecimentos sobre esse fecho assim como outros fechados, mas não nos respondem aquilo que nós solicitamos que é podermos sentarmo-nos e conversar sobre uma estratégia ao nível daquilo que são fornecimentos bancários. Dito isso, nós temos a consciência das limitações que a Câmara Municipal tem enquanto poder direto, a Câmara Municipal aliás, se me permitem, até o próprio Governo independentemente da tutela, porque a Caixa Geral de Depósitos que felizmente continua pública, também goza da sua autonomia. Mas dito isso, naturalmente a Câmara Municipal não pode em circunstância nenhuma concordar com este afastamento de um serviço de proximidade sobretudo numa zona onde há uma população muito envelhecida e para quem o aumento do reforço digital não é resposta. Por outro lado, não deixamos de considerar curioso, que os serviços bancários aumentam, aumentem ao mesmo tempo que os custos com o pessoal nomeadamente o atendimento dos balcões diminui, portanto, há aqui do nosso ponto de vista uma incongruência.

Relativamente às redes cicláveis, eu gostaria de ter memorizado os vários quilómetros de rede ciclável que já construímos, como sabem tem sido uma aposta permanente em tudo o que é reabilitação que levamos a cabo no nosso Município a construção de redes cicláveis, todo ao longo da Estrada Florestal a via de emergência, mas que pode ser utilizada como rede ciclável de acesso às praias que é muito importante, assim como toda a avenida do Mar, cuja primeira parte já foi iniciada, há aquele trajeto partilhado.

Em simultâneo, estamos a finalizar como já tive ocasião de dizer, o desenhar de toda uma rede ciclável de Almada, em que as vias cicláveis aparecem claramente, como transporte alternativo, ou seja, devem corresponder aquilo que são as deslocações urbanas. Portanto, queria só dar nota dessa prioridade.

Dar nota que, a Câmara Municipal também naturalmente, tem intenções de poder colocar bicicletas partilhadas, mas tem que garantir justamente a qualidade e circuitos suficientes para essas bicicletas partilhadas. Fizemos uma experiência de trotinete na Costa da Caparica, que certamente se lembrarão, mas foi a demonstração que os circuitos para a circulação sejam de trotinete, seja de bicicleta, ainda são claramente insuficientes em Almada, estamos a aumentar também os percursos pedonais, estamos a aumentar para que possa de facto fazer sentido ter uma rede eficaz. Mas estamos naturalmente disponíveis.

Dar ainda nota em relação a algumas questões que foram suscitadas nas declarações políticas.

Dizer sinceramente, que me surpreende e me surpreenderá sempre, a utilização que a CDU faz das reuniões à porta fechada, com os Vereadores, os Vereadores mesmo sem pelouro têm obrigações para com a população. As reuniões à porta fechada, são reuniões de trabalho, não podemos contar com a mínima descrição dos Senhores/as Vereadores/as que têm obrigações e que têm obrigações de poder estar disponíveis para trabalhar, é bem revelador daquela que tem sido a posição da CDU desde 2017. Ou seja, não podemos de facto, contar com a CDU para nada, não estão disponíveis para trabalhar, estão disponíveis para ciar alarme social como sempre o fazem, é de lamentar esta utilização que fazem das reuniões à porta fechada. E nós sabemos porquê, é para depois virem dizer que não foram consultados e que não foram interrogados sobre nada. E, portanto, é o capital de queixa em permanência.

E já agora, já que o senhor Deputado Municipal João Geraldês está tão escandalizado com a Vala, dizer que lamento, encontramos recentemente, provas, que a Administração dos SMAS em 2013, tinha conhecimento da situação da Vala e que pediu avaliações e que desde então nada faz, pelo contrário, os serviços receberam informações para omitir aquilo que tinham encontrado. E tenho provas se o Senhor Deputado Municipal João



## MUNICÍPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

Geraldes quiser, tenho aqui o email a pedir uma avaliação pelo Senhor Vereador Rui Jorge Martins, e devolvo-lhe aqui a pergunta: “desde 2014 o que é que fizeram?”

6.5.2 – O Senhor Deputado Municipal Daniel Alexandre Silva (PS):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Hoje é um dia particularmente especial. O Serviço Nacional de Saúde - SNS celebra 43 (quarenta e três) anos de existência, marcados pela proximidade e a disponibilização de cuidados de saúde para todos.

Sabemos bem que o Partido Socialista foi o criador e o impulsionador desta conquista da Democracia e continuará a lutar por esta conquista. Os governos do PS estão empenhados em recuperar os anos perdidos pela coligação do governo do PSD e CDS, contratando mais profissionais para o Serviço Nacional de Saúde. Claro que há ainda caminho para percorrer e é neste quadro que surge o novo estatuto do Serviço Nacional de Saúde, o CEO do SNS e a crescente autonomia da gestão, medidas que visam precisamente reforçar o SNS e melhorar e melhorar a qualidade dos serviços de saúde portugueses.

Neste contexto, não nos revemos na moção apresentada pela CDU, pois consideramos que o PS já está a investir no SNS e continuará ao lado dos Almadenses para melhorar, de forma racional, os cuidados de saúde primários e o Hospital Garcia da Orta.

Votaremos, portanto, contra esta moção.

Em Almada estaremos ao lado das populações pela concretização do Centro de Saúde do Feijó, pelo reforço do investimento no HGO (como é exemplo recente as apostas do PRR – Plano de Recuperação e Resiliência nos cuidados de saúde mental), mas também na inovação, com o novo equipamento para o diagnóstico da doença da retina no CRI de Oftalmologia deste hospital.

A Câmara Municipal de Almada, estuda as necessidades e ouve os parceiros, ao invés de propor medidas avulso, sem rigor e sem enquadramento. A este propósito, a Câmara Municipal de Almada já reuniu, recentemente, com o novo conselho de Administração do HGO para precisamente trabalhar em parceria e estabelecer as sinergias adequadas para ajudar na resolução dos problemas e apontar soluções concretas de futuro na área da saúde.

Sabemos a realidade de outros países, em que as faturas dos tratamentos por vezes ultrapassam os muitos milhares de Euros a cargo de cada doente, mas essa não foi nem será a escolha do Partido Socialista para os cuidados de saúde dos portugueses.

Para o PS o acesso à saúde é um direito fundamental.

É, por isso, um orgulho que este Governo e a Câmara Municipal de Almada continuem lado a lado com os interlocutores da saúde para reforçar o SNS. Viva o SNS! Viva Almada! Viva Portugal!”

6.5.3 – O Senhor Deputado Municipal António Francisco Salgueiro (PSD):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Relativamente aos documentos em apreciação nesta Período de Antes da Ordem do Dia, o PSD declara que votará a favor da saudação à Inauguração do Jardim de Infância na Sobreda, obra de requalificação há muito necessária e apresentada pelo PS.

Votaremos também a favor das moções do CDS-PP, da CDU e do BE, relativamente à Caixa Geral de Depósitos, mas dando nota que o PSD, ao nível da Assembleia da República, já endereçou também uma pergunta ao Governo sobre este assunto, nomeadamente, sobre se o Ministério das Finanças foi informado destas intenções, se as respetivas autarquias foram envolvidas e informadas sobre os encerramentos das agências, pelos vistos no caso de Almada não, e também se o Governo conhece a exigência que a Caixa Geral de Depósitos tem feito a algumas Juntas de Freguesias, de uma renda mensal no valor de 500.00€ (quinhentos euros), apenas para



manter um ATM em locais onde encerram os balcões. Isto entre e outras questões colocadas neste âmbito ao Governo.

Sobre a recomendação apresentada pelo PAN, no que respeita a um Programa Municipal para uso eficiente da água, votaremos igualmente a favor, informando que atualmente na Câmara Municipal, por exemplo, ao nível dos espaços verdes e parques urbanos, já se procede a efetiva redução do consumo da água através da diminuição dos tempos de rega, nos locais em que tem sido possível fazê-lo.

No que respeita à moção da CDU sobre o acesso ao Serviço Nacional de Saúde, iremos votar a favor, declarando que partilhamos da esmagadora maioria das apreensões contidas no documento, apesar da nomeação recente do novo Ministro da Saúde, como foi anunciado pelo Senhor Primeiro Ministro, que mudava o Ministro, mas não ia mudar a política, pelo que não nos afigura que venha muita coisa positiva para o Concelho de Almada com esta mudança. Pelos vistos iremos continuar com o caos nas urgências que se tem verificado no Hospital Garcia da Orta, e especialmente na Obstetrícia e Ginecologia e também a reiterada falta de médicos de família.

Finalmente votaremos a favor da moção do Bloco de esquerda sobre a criação de um sistema municipal de bicicletas partilhadas.”

**6.5.4 – A Senhora Deputada Municipal Margarida Ramires Paulos (PAN):**

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

O PAN irá votar favoravelmente todos os documentos, deixando aqui apenas algumas breves notas.

Em relação às moções apresentadas pelo CDS-PP, CDU e BE, sobre o fecho de mais um balcão da Caixa Geral de Depósitos em Almada, o PAN também vê naturalmente, com preocupação este encerramento, sobretudo como já foi mencionado, é um balcão que está localizado numa zona central, e onde reside bastante população idosa e com mais dificuldade em deslocar-se.

No que diz respeito à moção apresentada pelo Bloco de Esquerda, que propõe a criação de uma rede de bicicletas partilhadas, como é do conhecimento, o PAN apresentou uma recomendação idêntica a esta em abril deste ano, e tive também a oportunidade de ouvir na última reunião de Câmara Municipal, que o projeto já está a ser desenhado, e por isso naturalmente, saudamos a iniciativa e esperamos que seja uma realidade muito em breve, a rede de bicicletas partilhadas e uma rede ciclável que permita às pessoas utilizar a bicicleta como meio de transporte de forma segura e eficaz.”

**6.5.5 – O Senhor Deputado Municipal Nuno Alexandre Mendes (CHEGA):**

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

O CHEGA vai votar a favoravelmente todas as propostas, mas queremos fazer algumas referências.

Relativamente à preservação da sucursal da Caixa Geral de Depósitos.

O Serviço prestado a todos os Almadenses na Freguesia de Almada que eu também represento e a dependência que o comércio e uma população mais envelhecida tem na Sucursal de Almada, faz com que a mesma tenha que ser defendida. E iremos apoiar todas as iniciativas que visem a sua preservação.

Relativamente à proposta do PAN, sobre a “Recomendação Programa Municipal para uso eficiente da água de Almada”, alertamos que o sensibilizar por si não é suficiente, é vital, mas não é suficiente, é de importância um rápido investimento na resolução da perda de água pela ruturas e danos da infraestrutura de água existente.

O Município deve no menor espaço de tempo possível encetar todas as medidas possíveis para a preservação e poupança da água.

Relativamente à do SNS – Serviço Nacional de Saúde, do Grupo Municipal da CDU, iremos votar a favor.

Entendemos que o Estado em que o Governo do PS deixou a saúde em Almada não pode ser mais aceite.



## MUNICÍPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

É urgente tomar medidas corretivas estruturais para evitar encerramentos de serviços básicos e tudo fazer para a reposição dos direitos básicos de saúde dos Almadenses.”

6.5.6 – O Senhor Deputado Municipal Karim Hassam Quintino (BE):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

De forma muito breve, revelar aqui o sentido de voto do Bloco de Esquerda aos vários documentos que foram aqui apresentados.

Votaremos a favor das moções trazidas pela CDU e pelo CDS-PP sobre o encerramento do balcão da Caixa Geral de Depósitos da praça do MFA, assim como a recomendação trazida pelo PAN sobre um Programa Municipal para o Uso Eficiente da Água de Almada. Dizer que esta última questão do uso eficiente da água será cada vez mais relevante para Almada e não podemos falar só da água, mas também de outros recursos que terão de ser alvo de um melhor planeamento e de uma maior racionalização.

Votaremos favoravelmente ao Voto de Saudação trazido pelo PS, relativo à inauguração do Jardim de Infância da Sobreda, embora tenhamos de referir, Senhor Presidente, que é já com algum embaraço que continuamos a assistir a um rol de autoelogios por parte deste executivo camarário e também por parte do grupo municipal do PS.

A requalificação do parque escolar é, a nosso ver, uma das várias responsabilidades de quem administra um município, e, portanto, é algo que se espera ver concretizado por parte de uma qualquer Câmara Municipal. Por último, votaremos a favor da moção da CDU relativa ao acesso ao Serviço Nacional de Saúde, porque ela aborda um tema essencial para Almada e para Portugal.

Relativamente a esta matéria, e como é sabido, o Bloco de Esquerda vem alertando há anos para a necessidade de um maior investimento na saúde pública, e a verdade é que a recusa dos vários governos do PS e PSD de fazer um investimento real e efetivo no SNS levou à presente situação, em que faltam médicos, em que faltam meios de trabalho, em que os tempos de espera para uma consulta ou para uma cirurgia são descomunais, e onde pagar para ter acesso a algo tão básico e fundamental como é a saúde acaba por ser a única escapatória, pelo menos para quem pode fazê-lo. E basta olhar para o outro lado do Atlântico para perceber que os únicos beneficiários da privatização da saúde são os grupos privados que literalmente brincam e lucram com a vida das pessoas.”

6.5.7 – O Senhor Deputado Municipal António Pedro Maco (CDS-PP):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Apenas para dar indicação que o CDS-PP vai votar favoravelmente todas as moções aqui presentes, mas, quero dar especial destaque para moção apresentada pelo PAN. Também já fizemos chegar um requerimento à Câmara Municipal de Almada relativamente a esta questão da seca e da utilização da água, e também da moção da CDU sobre o Serviço Nacional de Saúde.

Eu penso que, e tenho aqui de dizer, que ouvindo o Partido Socialista a falar, eu acho que não aprenderam nada. E acho que o grande fracasso que tem sido este Governo em matéria de saúde, foi a própria demissão da Ministra da Saúde, eu acho que não há nada mais claro do que isto. E quando nós vemos todos os dias enfermeiros a reivindicar mais, quando nós vemos todos os dias os médicos a necessitarem de melhores condições, a exigirem mais condições para trabalho, a fazerem mais horas extraordinárias, a existência como já aqui foi referido também, do aumento das listas de espera, o número de tempo que levam para serem realizadas as cirurgias e depois chegamos aqui e a intervenção que o PS faz, é que está tudo bem, está a haver um grande investimento na saúde. Portanto, não concordamos, esta moção é bem-vinda e afirmo aqui, que o maior inimigo neste momento, do Serviço Nacional de Saúde, chama-se “Governo Partido Socialista”.



**6.5.8 – O Senhor Deputado Municipal Pedro Dias Pereira (PS):**

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Para dizer ao Senhor Deputado Municipal do Bloco de Esquerda que respeito a sua opinião. No entanto, aqui não foi feito nenhum autoelogio da bancada do PS à Câmara Municipal.

O Jardim de Infância da Sobreda situado no Alto do Índio, quando aqui chegamos em 2017, estava a cair para o chão. Estava a cair para o chão, estava completamente degradado e foi feito um trabalho extraordinário por parte do atual executivo na recuperação não só do edifício, como a dar-lhe ainda melhores condições, a reabilitá-lo e a torna-lo ainda maior, oferecendo mais qualidade às crianças daquela Freguesia e consequentemente de todo o Município.

Portanto, não há aqui nenhum autoelogio, é constatação de uma obra que era necessária, era urgente, e acredito está fantástica. Quem conheceu e quem a conhece agora, vê-se por ali, que este executivo está no bom caminho. Portanto, não há aqui nenhum autoelogio. Este executivo é bom, não há nada a dizer.”

**6.5.9 – O Senhor Deputado Municipal Ivan Costa Gonçalves (PS):**

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Queremos sinalizar o sentido de voto do Partido Socialista. Nós votaremos favoravelmente as diversas propostas aqui em apreciação.

Votaremos contra a proposta que foi apresentada pela CDU relativamente ao Serviço Nacional de Saúde e já o explicamos porquê.

Votaremos contra a proposta apresentada pela CDU relativamente à Caixa Geral de Depósitos, porque enquadra nesta proposta uma série de considerações nas quais nós não nos revemos, nem no estilo, nem no conteúdo. Votaremos favoravelmente a proposta do CDS-PP e a proposta do Bloco de Esquerda, sobre a importância da manutenção deste balcão da Caixa Geral de Depósitos aberto pelas razões que já foram identificadas, e aliás, vemos com preocupação esta tendência para que os balcões sejam fechados, compreendemos que é verdade que existem algumas transformações até do ponto de vista tecnológico da forma como as pessoas acedem aos bancos, mas ainda assim, os postos físicos fazem ainda hoje muita falta, fazem muita falta também em Almada.

Votaremos favoravelmente a proposta do PAN relativamente ao consumo eficiente da água, e votaremos favoravelmente a proposta do Bloco de Esquerda relativamente à rede de bicicletas partilhadas.

Agora, Senhor Presidente, há algo que também não posso deixar de dizer quando ouvimos o Senhor Deputado Municipal do CDS-PP a dizer que, o maior inimigo da saúde em Portugal é o Partido Socialista. A demagogia tem limites. O que é facto é que, o investimento que tem vindo a ser feito ao longo dos últimos anos, é absolutamente histórico na área da saúde. Aliás, dizer que o Partido Socialista, que há poucos meses teve a confiança dos portugueses para ter por exemplo, uma maioria absoluta no Parlamento, não aprendeu nada, é mesmo não aprender nada relativamente aquela que é a avaliação que os portugueses fazem relativamente ao trabalho que cada um dos Partidos. Até porque estamos a falar de um Partido que verdadeiramente parece que não aprendeu nada nos últimos anos, e não é apenas o CDS-PP. Aliás, os portugueses também demonstraram nestas eleições como já tinham demonstrado noutras, que aquilo que querem nos seus políticos é que procurem encontrar soluções e que não adotem uma postura permanente de bota abaixo, porque aquilo que manifestaram foi que, quem não contribui para as soluções eleitoralmente, não obteve a sua aprovação. Portanto, o investimento que foi feito ao longo dos últimos anos no Serviço Nacional de Saúde, é um investimento histórico, mais de 2.000.000.000.00€ (dois mil milhões de euros). O número de profissionais que estão a trabalhar no Serviço Nacional de Saúde aumentou em quase 30.000.00 (trinta mil). É verdade que há falta de médicos no nosso país, mas se há partido que tem trabalhado para colmatar esta falha é o Partido Socialista. Porque se houve abertura da Faculdade de Medicina do Algarve, foi por muito trabalho do Partido Socialista também, se houve abertura do curso de medicina na Católica é também por trabalho do Partido Socialista, aquilo que nós vimos nos partidos à nossa direita, é um permanente ceder ao discurso corporativista



## MUNICÍPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

na Ordem do Médicos e de outros que tais, que o que nos dizem é que Portugal tem médicos a mais como todos os portugueses sabem que isso não é verdade.

Agora, há dificuldades e acresce também outro facto que todos sabemos, é que hoje em dia o privado, as instituições privadas têm um peso que não tinham há algumas décadas atrás, que faz com que tenham condições que são atrativas para atrair muitos médicos e que não estejam no Serviço Nacional de Saúde. Agora, qual é que é o caminho que nós devemos seguir? Todos sabem, basta ver o site da Conta Geral do Estado, quanto é que o Estado Português gasta no Serviço Nacional de Saúde. Sabemos qual é a solução à direita, é a solução de deixarmos de ter um Serviço Nacional de Saúde que seja universal e acessível a todos, os ricos que paguem, quem tem mais dinheiro que pague e que vá para o privado, e quem é mais pobre continua a recorrer ao Serviço Nacional de Saúde. Ora, nós não nos revemos em soluções à americana, em que as pessoas antes de entrarem no hospital, sabem que se não tiverem milhares de euros para lá deixarem, não têm atendimento de saúde, não nos revemos nesse sistema e não é por acaso que Portugal, o contrário daquilo, uns à direita, porque privilegiam o serviço privado, e outros à esquerda porque não conseguem, porque ao entenderem que estão a fazer a defesa do Serviço Nacional de Saúde de facto, estão a fazer tudo menos a defendê-lo, aquilo que é preciso não ignorar é que Portugal tem um dos melhores Serviços Nacional de Saúde, universais do mundo. Para já Portugal é dos poucos países, aliás, faz parte do lote que é relativamente restrito de países no mundo que têm um Serviço Nacional de Saúde acessível a todos e com qualidade. Já agora criado pelo PS com os votos contra dos partidos à direita, e com os votos a favor dos partidos também à esquerda, mas criado por um Governo do Partido Socialista. A melhor forma que nós temos de proteger este Serviço Nacional de Saúde acessível a todos, é não só dota-lo, de condições como tem vindo a ser feito ao longo dos últimos anos, mas também garantir que ele é sustentável, porque não é possível ter um Serviço Nacional de Saúde que consuma recursos ilimitados ao Estado. Portanto, há problemas que têm que ser resolvidos, não temos dúvidas nenhuma. Agora, e já o disse nesta Assembleia Municipal, se á questão a que nós não aderimos é discurso catastrófico fazer pintar o Serviço Nacional de Saúde com aquilo que ele não é, fazer pintar os profissionais do Serviço Nacional de Saúde daquilo que eles não são e dizer que nós em Portugal temos uma saúde que é de qualidade porque na verdade temos.

Sabemos também que este tipo de mediatismo, os lóbis que estão por trás de todas estas questões muitas vezes dão um mediatismo a certas questões que é absolutamente exagerado, é óbvio, é preciso viver com isto. Agora, dizer que em Portugal não temos um Serviço Nacional de Saúde de qualidade, é mentira e dizer que o principal inimigo do Serviço Nacional de Saúde em Portugal é o Partido Socialista, é mentira, porque se não houvesse Partido Socialista não havia Serviço Nacional de Saúde como o temos hoje em Portugal e dizer que o Partido Socialista não aprendeu nada, quem não aprendeu nada foi quem governou durante anos, quem entendeu que tinha de ir além da Troika, e quem cortou no investimento do Serviço Nacional de Saúde, quem cortou em pensões e quem entendeu que essa era a única forma do país sobreviver e ultrapassar uma crise. Ora, o Partido socialista desde 2015, tem provado exatamente o contrário, que não é essa a melhor forma de ultrapassar a crise, a melhor forma é mesmo de apoiar as pessoas, mas também garantir a sustentabilidade das contas públicas e também garantir a sustentabilidade do Serviço Nacional de Saúde como o temos feito.”

6.5.10 – O Senhor Deputado Municipal António Pedro Maco (CDS-PP):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Senhor Deputado Municipal, não é o CDS-PP que diz, são os Sindicatos, é a Ordem dos Médicos, a Ordem dos Enfermeiros, são os médicos, são as pessoas que estão à porta das urgências, são as grávidas e por aí fora, não vou falar mais para não ferir suscetibilidades.

E, portanto, eu pergunto Senhor Deputado Municipal, se está tudo bem, porque é que a Senhora Ministra da Saúde se demitiu? Quais foram as razões?”

6.6 - Não havendo mais pedidos de palavra e após verificação do quórum, procedeu-se à votação dos documentos apresentados, tendo-se registado as seguintes votações:

6.6.1 – O Voto de Saudação pela “Inauguração do Jardim de Infância da Sobreda” foi aprovado por unanimidade.



6.6.2 – A Moção “Contra o encerramento da agência da Caixa Geral de Depósitos na Praça do MFA no Centro de Almada”, foi aprovada por unanimidade.

6.6.3 – A Recomendação “Programa Municipal para o Uso Eficiente da Água de Almada”, foi aprovada por unanimidade.

6.6.4 – A Moção/Deliberação “Contra o encerramento da agência da Caixa Geral de Depósitos na Praça do MFA”, foi aprovada por maioria com 20 votos a favor, sendo 10 dos eleitos do Grupo Municipal da CDU incluindo o Presidente da Junta da União de Freguesias que o integra, 3 do Grupo Municipal do PSD, 3 do Grupo Municipal do BE, 2 do Grupo Municipal do CHEGA, 1 da eleita do PAN e 1 do eleito do CDS-PP; 17 votos contra do Grupo Municipal do PS, incluindo os/as Senhores/as Presidentes de Junta de União de Freguesias que o integram.

6.6.5 – A Proposta de Resolução sobre “O Acesso ao Serviço Nacional de Saúde” foi aprovada por maioria com 20 votos a favor, sendo 10 dos eleitos do Grupo Municipal da CDU incluindo o Presidente da Junta da União de Freguesias que o integra, 3 do Grupo Municipal do PSD, 3 do Grupo Municipal do BE, 2 do Grupo Municipal do CHEGA, 1 da eleita do PAN e 1 do eleito do CDS-PP; 17 votos contra do Grupo Municipal do PS, incluindo os/as Senhores/as Presidentes de Junta de União de Freguesias que o integram.

6.6.5.1 – O Senhor Deputado Municipal António Pedro Maco (CDS-PP) anunciou que apresentaria uma Declaração de Voto por escrito.

6.6.5.1.1 – O Senhor Deputado Municipal António Pedro Maco (CDS-PP):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

O CDS-partido Popular vota favoravelmente a Moção da CDU acerca do SNS (Serviço Nacional de Saúde) considerando os seguintes factos:

1 - O Estado na figura da sua tutela governamental, o Ministro da Saúde, não tem, de momento, políticas adequadas e centradas num verdadeiro planeamento estrutural que consiga dar respostas urgentes e eficazes com o objetivo de prestar um serviço público de saúde de excelência aos portugueses ao qual se incluem os almadenses.

2 - Há um verdadeiro desprendimento do Governo e do Ministério da Saúde relativamente aos problemas que assolam o sector e que afetam não só os profissionais da saúde como das populações a quem o Estado deveria servir.

3 - O Ministério da Saúde e o Governo não conseguem resolver os graves problemas da falta de médicos e de enfermeiros no sector público, tal como não conseguem resolver os problemas relacionados com as listas de espera quer para consultas quer para cirurgias.

4 - O Ministério da Saúde e o Governo há muito que vêm prometendo e escolhendo como bandeira o Hospital do Seixal, que servirá como estabelecimento de saúde de apoio ao Hospital Garcia de Orta, mas em concreto nada está previsto com sucessivos adiamentos que prejudicam as populações no acesso à saúde nos dois conselhos.

5 - Há muito que se vem apresentando o novo equipamento do Hospital Garcia de Orta, mas, mais uma vez, nada há em concreto.

6 - O novo centro de Saúde do Feijó é mais uma promessa adiada pelo Governo e Ministério da Saúde gerido pelo Partido Socialista que com muitas promessas nada concretiza.

7 - A falta de médicos de família no concelho de Almada continua em níveis deficitários consideráveis sem que o Governo tenha soluções à vista para colmatar o problema junto de quem não tem um médico ao seu dispor

8 - A postura de alguns dirigentes e gestores da saúde em Portugal está bem espelhada no mau exemplo dado pela administração do ACES Almada/Seixal, onde ignora deliberadamente, os pedidos de reunião e de



## MUNICÍPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

auscultação de um órgão legitimamente eleito pelo povo como é o caso da Assembleia Municipal de Almada, ao qual, não dá resposta junto da 5ª Comissão Permanente.

Estas e muitas outras tantas razões, são suficientes para que o CDS-Partido Popular rejeite esta política atentatória aos direitos dos portugueses e dos almadenses no acesso à saúde por parte do Governo, Ministério da Saúde e das Finanças.

Urge mudar firmemente de políticas e de estratégia, a fim de tratar a própria saúde da Saúde em Portugal.”

6.6.6 – A Recomendação “Criação de um sistema municipal de bicicletas partilhadas” foi aprovada por unanimidade.

6.6.7 – A Moção “Contra o encerramento da agência central da Caixa Geral de Depósitos em Almada” foi aprovada por unanimidade.

7 - Foi declarado aberto o Período da Ordem do Dia.

7.1 – Entrou-se no ponto 3.1 da Ordem de Trabalhos, relativo à apreciação e votação da Proposta da Câmara Municipal sobre o “Relatório de Monitorização da ORU da Costa da Caparica”;

7.1.2 – Para apresentar a proposta usou da palavra a Senhora Presidente da Câmara Municipal;

7.1.2.1 – A Senhora Presidente da Câmara Municipal:

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Senhor Presidente, o Relatório foi distribuído, penso que os/as Senhores/as Deputados/as Municipais, conhecem bem este género de relatórios, deixem-me, no entanto, dar nota que esta ORU – Operação de Reabilitação Urbana, é uma ORU muito recente, que foi criada em 2018 ou 2019, e que é uma ORU especial e que representa uma verdadeira aposta do Município, um sinal claro para a reabilitação também da Costa da Caparica. Como sabem as Áreas de Reabilitação Urbana em Almada centram-se muito nos Centros Históricos e nós quisemos e continuamos a querer, aliás, alargar o regime de incentivos à reabilitação. Conscientes aliás, de alguns desafios em particular, nem que seja o facto, de ter uma grande maioria de prédios que está em propriedade horizontal, portanto, já não é tão fácil o sistema de reabilitação do que ter os pequenos imóveis que têm um proprietário único e depois ainda por cima, agravado pela situação pandémica onde inclusivamente não houve nem sequer vistorias ao solicitado.

Dito isto, os serviços o que exprimem é uma curiosidade cada vez maior, eles consideram que têm uma evolução normal à semelhança das outras ARU,s, até muitas vezes por desconhecimento ainda dos investidores, das possibilidades existentes. É evidente que estas ARU,s não são tão eficazes para grandes empreendimentos como para pequenas requalificações como é o caso de Cacilhas, como é caso na Capitão Leitão, como é as restantes outras ARU,s, mas é uma ARU que tem como propósito e segundo a informação dos serviços pela curiosidade crescente que tem sido demonstrada, de cerca de 16 (dezasseis) pedidos já de informação, 3 (três) foram entregues os projetos já concluídos e foi aprovada uma candidatura até à data. Independentemente dos licenciamentos e comunicações prévias que já foram apresentados.

Portanto, dar nota que esta intenção do Município de alargar os incentivos à reabilitação até para mais zonas do Concelho que se mantem, porque consideramos que estes instrumentos que têm naturalmente reflexos na fiscalidade do Município e com isenções de taxas e até reduções no IMI – Imposto Municipal sobre Imóveis, são instrumentos importantes para a reabilitação urbana no nosso território. Portanto, continuaremos a prosseguir neste esforço.

A Costa da Caparica também nos dá uma noção clara do que é uma utilização deste instrumento para zonas muito diferentes, diversificadas e com outro tipo de tipologias, e o que é que nós numa perspetiva de alargamento podemos ou não melhorar para sermos cada vez mais eficazes. Como sabem, inclusivamente, por exemplo, Lisboa toda ela está em área de reabilitação urbana, não nos parece que seja aplicável neste momento



em Almada, outros Municípios têm alargado muito, estamos a avançar e continuamos a pensar nessa matéria. Esta experiência da Costa da Caparica é muito útil para esse efeito.”

7.1.3 – Não havendo pedidos de palavra e verificado o quórum passou-se à votação, sendo a proposta aprovada por unanimidade, através da seguinte:

**DELIBERAÇÃO**

*A Assembleia Municipal de Almada apreciou o relatório de monitorização de Operação de Reabilitação da Área de Reabilitação Urbana Simples da Costa da Caparica e delibera aprovar os seus resultados, nos termos do nº 1, do artigo 20º-A, do Decreto-lei n.º 307/2009, de 23 de outubro, aditado pela Lei n.º 32/2012, de 14 de agosto, nos precisos termos da deliberação de Câmara de 8 de agosto de 2022 que aprovou a proposta nº 2022-405-DRRU.*

7.2 – Entrou-se no ponto 3.2 da Ordem de Trabalhos, relativo à apreciação e votação da Proposta da Câmara Municipal sobre a “Gestão de Ativos. “Núcleo Empresarial de Almada Velha”. NOVALMADAVELHA – Agência de Desenvolvimento Local.”;

7.2.1 – Para apresentar a proposta usou da palavra a Senhora Presidente da Câmara Municipal;

7.2.1.1 – A Senhora Presidente da Câmara Municipal:

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

O Município de Almada é o proprietário onde está instalada a NOVALMADAVELHA, a nossa Agência de Desenvolvimento, ali junto aos Paços do Concelho, e o prédio identificado tinha um Contrato de Comodato feito à Agência que chegou ao fim, e nesse sentido trazemos aqui para que a Assembleia Municipal autorize a celebração do Contrato de Comodato com a NOVALMADAVELHA – Agência de Desenvolvimento Local, do edifício que tem um valor patrimonial tributário de 938.842.73€ (novecentos e trinta e oito mil oitocentos e quarenta e dois euros e setenta e três cêntimos), com a finalidade de apoiar a economia local, contribuir para a fixação do tecido urbano da Cidade de Almada, de novas iniciativas empresariais, apoiar o empreendedorismo e a criação do próprio emprego.

Informo também os/as Senhores/as Deputados/as Municipais, que por manifesta escassez de espaços, alguns serviços da Câmara Municipal estão a ocupar neste momento duas salas da NOVALMADAVELHA que estavam desocupadas, algo que foi autorizado pela Administração da Agência, mas aproveito para nota que, de facto, a falta de espaços de trabalho condignos para os serviços da Câmara Municipal, está a tornar-se gritante. Os/as Senhores/as Deputados/as Municipais, conhecem os vários projetos nomeadamente, a EDP, que lançamos para aumentar essa resposta. A aquisição que fizemos de alguns dos serviços estavam arrendados no ABC, é que é algo que se encontra no Tribunal de Contas. Continuamos empenhados em encontrar edifícios onde colocar serviços da Câmara Municipal para criar condições de trabalho com qualidade e as pessoas terem espaços condignos onde trabalhar, tem sido uma luta constante, mas não é sobre essa matéria que esta proposta versa neste momento, é apenas a renovação de Contrato de Comodato da Agência NOVALMADAVELHA.”

7.2.2 – Não havendo mais pedidos de palavra e verificado o quórum passou-se à votação, sendo a proposta aprovada por unanimidade, através da seguinte:

**DELIBERAÇÃO**

*A Assembleia Municipal de Almada, nos termos e para os efeitos da alínea i), do nº 1, do artigo 25º, do anexo I, da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, aprova a autorização para a câmara municipal de Almada celebrar um contrato de comodato com a “Nova Almada Velha – Agência de Desenvolvimento Local”, nos precisos termos da deliberação camarária de 5 de setembro de 2022, que aprovou a proposta nº 2022-478-DPAT.*

7.3 – Entrou-se no ponto 3.3 da Ordem de Trabalhos, relativo à apreciação e votação da Proposta da Câmara Municipal sobre o “Relatório semestral sobre as atividades desenvolvidas pelo Provedor Municipal”.



## MUNICÍPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

7.3.1 – Para apresentar a proposta usou da palavra a Senhora Presidente da Câmara Municipal;

7.3.1.1 – A Senhora Presidente da Câmara Municipal:

“Senhor Presidente, Senhores/as deputados/as Municipais;

Como é habitual e está estipulado, o Senhor Provedor apresentou à Câmara Municipal o seu Relatório de Atividades, que eu não vou propriamente reproduzir até pelas muitas atividades que têm feito, dar uma nota dos progressos que de facto, temos realizados nesta área, graças a esta colaboração do Provedor e até com o seu grupo de voluntários. Sabemos que o bem-estar animal é uma área onde ainda há muito, muito para fazer. Aproveito a ocasião para lembrar que o Centro de Recolha Animal já tem aquele que é o projeto inicial concluído ainda à guarda do projeto de arquitetura para poder ser lançada a obra. Infelizmente estes processos demoram sempre mais tempo do que aquele que esperávamos.

Dar nota, neste relatório, que a importância da ação do Provedor, não apenas nas operações de resgate, seja de animais silvestres, seja na ajuda de resgate de animais domésticos, nas esterilizações ou na entrega de alimentos que também é uma ação importante, mas também nas ações de formação e de sensibilização da população e dos vários grupos que se empenham nesta causa maior que é do bem-estar animal.

Agradecer naturalmente, a coordenação que tem havido cada vez maior entre estes serviços, que é o Serviço Veterinário Municipal, que naturalmente, são serviços complementares e que não se substituem.

Havia aqui justamente uma pergunta do PAN sobre o Pombal Contracetivo, vem aqui justamente referidas reuniões que foram tidas para a implementação dessa matéria e assim como relações que também são importantes, reuniões intermunicipais até para troca de experiências assim como as reuniões com o ICNF – Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas.

Deixar só uma palavra de agradecimento pelo trabalho desenvolvido naturalmente, na sua continuidade.”

7.3.2 – No debate usou da palavra a Senhora Deputada Municipal Margarida Ramires Paulos (PAN):

7.3.2.1 – A Senhora Deputada Municipal Margarida Ramires Paulos (PAN):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Dizer que que, todos os que acompanham de perto esta área, sabem a dedicação e o trabalho do Dr. Nuno Paixão que é o Provedor dos Animais de Almada, em boa hora temos um Provedor dos Animais, e os contributos que tem dado para o melhoramento do funcionamento do Serviço Veterinário Municipal e da questão animal em geral, e também da sua visibilidade para a comunidade.

Deste Relatório gostaríamos de destacar obviamente a menção ou recomendação que apresentamos na última Assembleia Municipal que foi aprovada e que visa a criação de um Plano Municipal de Desacorrentamento. Saudamos o facto de o Provedor a mencionar e o seu empenho nesta área que nos é tão cara.

Depois gostaria apenas de deixar duas notas.

Relativamente as sessões de formação do Corpo de Voluntários, de facto, as mesmas ocorreram semanalmente entre junho e dezembro de 2021, mas este Relatório refere-se de dezembro a maio e que eu tenha conhecimento não se efetuaram desde então. Seria positivo que fossem retomadas.

Finalmente, é também referida a entrega de alimentos a colónias de gatos e nos domicílios da rede de animais em risco. Em vários Municípios já foi implementado o banco solidário animal e que permite a inscrição e avaliação de ajudar pessoas carenciadas com animais e cuidadores. Refiro esta iniciativa porque em Almada não se conhece a forma como cuidadores ou famílias carenciadas que podem ter acesso a estas ajudas do Provedor e quais os critérios para a sua atribuição, parece-nos que seria bastante melhor se fosse criado este banco e que as pessoas conhecessem como se poderiam inscrever e ter acesso a estas ajudas caso necessitassem.”



**MUNICÍPIO DE ALMADA**  
**Assembleia Municipal**

7.3.3 – Não havendo mais pedidos de palavra e verificado o quórum passou-se à votação, sendo a proposta aprovada por maioria, com 27 votos a favor, sendo 17 do Grupo Municipal do PS, incluindo os/as Senhores/as Presidentes de Junta de União de Freguesias que o integram; 3 do Grupo Municipal do PSD, 3 do Grupo Municipal do BE, 2 do Grupo Municipal do CHEGA, 1 da eleita do PAN e 1 do eleito do CDS-PP e 10 abstenções do Grupo Municipal da CDU, incluindo o Presidente da Junta da União de Freguesias que o integra, através da seguinte:

**DELIBERAÇÃO**

*A Assembleia Municipal de Almada, nos termos e para os efeitos da alínea f) do artigo 8º do Regulamento para o Provedor dos Animais do Município de Almada, Regulamento nº 1070/2020, de 9 de dezembro de 2020, bem como do disposto na alínea k), do nº 2 do artigo 25º, do anexo I, da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, aprova o Relatório semestral sobre as atividades desenvolvidas pelo Provedor Municipal dos Animais de Almada, nos precisos termos da deliberação camarária de 5 de setembro de 2022, que aprovou a proposta nº 2022-475-GP.*

8 – Tendo atingido a hora regimental de termo da reunião, sendo cerca das 00H30, deu-se por concluída a Primeira Reunião da Sessão Ordinária de Setembro da Assembleia Municipal, prosseguindo o cumprimento da agenda na Segunda Reunião, prevista para 16 de setembro, pelas 21H15.

9 – Tendo em consideração a informação sobre os membros da Câmara Municipal em funções, foi verificada a presença na Reunião, da Senhora Presidente da Câmara Municipal, da Senhora Vice-Presidente Maria Teodolinda Silveira, dos/as Vereadores/as Senhores/as José Pedro Ribeiro, Filipe Pacheco, Francisca Parreira, Nuno Matias, Maria das Dores Meira, António Matos, José Luís Matos, Tiago David Galveia e Fernando Cruz Cordeiro.

10 – Foi verificada a presença de cerca de vinte e oito munícipes. A sessão foi transmitida em streaming tendo sido objeto de tradução, em língua gestual portuguesa

11 – Por ser verdade se elaborou a presente Ata que, depois de lida e aprovada vai ser assinada pela Mesa.

O PRESIDENTE \_\_\_\_\_

O 1º SECRETÁRIO \_\_\_\_\_

A 2ª SECRETÁRIA \_\_\_\_\_

